

**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026**

SEI N.º 25.0.000008706-0

**1. PREÂMBULO**

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, inscrita no CNPJ sob n.º 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, n.º 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por seu Defensor Público-Geral, que assina o presente edital, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Resolução DPG n.º 375/2023 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob n.º 90008/2026, tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA SUBESTAÇÃO ABRIGADA DE 13,8 KV / 220-127 V, COM POTÊNCIA INSTALADA DE 500 KVA, DA SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**, de acordo com as condições constantes do presente edital e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

<b>LOCAL DA SESSÃO</b>	<a href="https://www.gov.br/compras/">https://www.gov.br/compras/</a> UASG: 929443 – Pregão Eletrônico nº 90008/2026
<b>ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS</b>	Início: A partir da disponibilização do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP Fim: Horário de abertura da sessão
<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	06/03/2026, às 14:00 horas (horário de Brasília – DF)

1.2. A Pregoeira deste certame é o servidor Tiago Hernandes Tonin, designada pela Portaria DPG n.º 90/2025.

1.3. O regime de execução do objeto contratual será de empreitada por preço unitário.

**2. DO OBJETO**

2.1. O objeto do presente pregão é a contratação de empresa de engenharia especializada para execução de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva na subestação abrigada de 13,8 kV / 220-127 V, com potência instalada de 500 kVA, da sede da Defensoria Pública do Estado do Paraná, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026 – SEI n.º 25.0.000008706-0**



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

### **3. DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. O valor máximo global deste certame está fixado em R\$ 195.806,17 (cento e noventa e cinco mil e oitocentos e seis reais e dezessete centavos), conforme tabela(s) contida(s) no Anexo I.

3.2. A despesa decorrente da presente contratação ficará à conta da seguinte dotação orçamentária: 0760.03.061.24.8009 / 50 / 3.3 – Fundo da Defensoria Pública - FUNDEP / Recursos Livres (não vinculados) / Outras Despesas Correntes. Fonte de Recursos: 501 - Outros Recursos não Vinculados (250). Detalhamento de Despesas: 3.3.90.39.17 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis / Elevadores.

### **4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, até as 17:00 horas do terceiro dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formuladas por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico [licitacoes@defensoria.pr.def.br](mailto:licitacoes@defensoria.pr.def.br), com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone.

4.3. As impugnações e esclarecimentos serão respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e as respostas integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/>.

### **5. DO CREDENCIAMENTO**

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

5.4. A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026 – SEI n.º 25.0.000008706-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

## **6. DA PARTICIPAÇÃO**

6.1. Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

### **6.1.1. O Grupo 01 será de PARTICIPAÇÃO GERAL.**

6.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

- a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;
- b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.2.1. O impedimento de que tratam as letras “a” e “b” do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

**6.3. Para a participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do**

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026 – SEI n.º 25.0.000008706-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

**instrumento convocatório.**

**6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.**

6.4.1. A obtenção dos benefícios a que se refere o item acima, quando aplicáveis ao respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

## **7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS**

7.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, não sendo permitido ofertar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item.

7.1.1. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.1.2. A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

7.2. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

7.2.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 7.2, devendo apresentar proposta de com a carga tributária completa.

**7.3. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:**

**a) valor unitário e total do item;**

**b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;**

**c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço.**

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e a contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

7.6. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação

7.8. As propostas das licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital, conforme artigo 27, XXI, da Constituição do Estado do Paraná.

7.9. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV, do art. 1º, e no inc. III, do art. 5º, da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11.1. No item ou grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item ou grupo;

7.11.2. Nos itens ou grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.12. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.9 ou 7.11 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

7.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, obedecendo às regras estabelecidas pelo próprio sistema.

7.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante, com preço inexequível ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

## **9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

9.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**9.2. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL DO GRUPO (vide aviso no item 1.2.4 do termo de referência).**

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026 – SEI n.º 25.0.000008706-0





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

**9.5. O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 1% (um por cento).**

9.6. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**9.7. O modo de disputa adotado para a presente licitação será o ABERTO.**

9.7.1. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

9.7.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

9.7.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser reiniciada a disputa aberta para a definição das demais colocações, sendo as licitantes convocadas para apresentarem lances intermediários.

9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

9.9. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

9.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.12. Em relação a itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances,



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial junto à Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

9.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.13.1. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a ordem prevista no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13.2. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## **10. DA NEGOCIAÇÃO**

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto quando aplicáveis ao respectivo item ou grupo, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à arrematante para negociar condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

pelas demais licitantes

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor condição.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **11. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

**11.1. A arrematante deverá enviar, por meio de campo próprio do sistema, até as 12h00 (doze horas) do dia útil seguinte ao da abertura da sessão, sua proposta de preço adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada, devidamente assinada e contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo II.**

11.1.1. Na hipótese de a proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato.

11.1.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail [licitacoes@defensoria.pr.def.br](mailto:licitacoes@defensoria.pr.def.br), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no *chat* a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.3. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.

11.1.4. Na recomposição final, os valores que compõem a proposta não poderão ultrapassar os valores máximos unitários, totais e globais que estão fixados neste edital, bem como não poderão ser majorados os valores consignados na proposta inicial.

11.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

**11.2. No mesmo prazo previsto acima, a arrematante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:**

a) Documentação de habilitação, prevista no Capítulo 13 do edital, que porventura não esteja disponível no SICAF, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) ou encontre-se vencida;



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

**b) Caso se trate de aquisição de bens, documentos (catálogos/fôlderes) que comprovem que a marca e o modelo do produto ofertado cumprem as especificações do Termo de Referência (Anexo I);**

**c) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação Simples Nacional.**

11.3. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta nos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)); e

f) Cadastros de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná (<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidades-no-Cumprimento-dos-Contratos>) e

<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidade-no-Cumprimento-das-Atas>).

11.3.1. Será consultada também a situação do sócio majoritário no cadastro de que trata o item 11.3, “e”.

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1, poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de itens da licitação.

11.5. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11.6. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

---

## **12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço, observado o disposto no item 9.2.

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os unitários.

12.2. No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.3. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, nos termos do art. 59 da Lei n.º 14.133/21, bem como para aferir se a proposta está de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

12.3.1 No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

12.3.2 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

12.3.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

12.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal da DPE-PR ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

12.5. Será desclassificada a proposta:

- a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;
- b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes;
- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d) com preços superiores aos valores máximos que estão fixados no Anexo I, preços manifestamente inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas;

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026 – SEI n.º 25.0.000008706-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

g) que contiver vício insanável;

h) que tiver sua amostra reprovada, caso ela esteja sendo exigida.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

### **13. DA HABILITAÇÃO**

**13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:**

a) habilitação jurídica;

b) regularidade fiscal, social e trabalhista;

c) qualificação econômico-financeira;

d) qualificação técnica.

**13.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

a) cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**13.3. Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);

b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

e) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

f) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

h) demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

**13.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:**

a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

---

### **13.5. Documentos relativos à qualificação técnica:**

13.5.1. Apresentação do registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência;

13.5.2. Apresentação de 1 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, por período não inferior a 12 (doze) meses, serviços de manutenção em cabines de subestação em 13,8 kV ou superior, incluindo, ao menos, 1 (um) equipamento de potência mínima de 500 kVA, de forma a assegurar a pertinência com a complexidade das instalações a serem atendidas;

13.5.2.1. Para a comprovação do lapso temporal estabelecido no item anterior, de 12 (doze) meses, será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que se refiram a períodos não concomitantes.

13.5.3. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da prestação dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

13.5.3.1. Engenheiro Eletricista regularmente registrado no CREA ou Técnico em Eletrotécnica regularmente registrado no CRT: serviços de manutenção envolvendo cabines de subestação em 13,8kV ou superior.

13.5.4. O responsável técnico e/ou membros da equipe técnica acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação;

13.5.4.1. É admitida indicação de Responsável Técnico por meio de declaração de contratação futura e anuência do profissional, conforme modelo no Apêndice V do Termo de Referência, ficando a celebração do contrato condicionada à comprovação do vínculo.

13.6. Termo de Vistoria, conforme modelo fornecido no Apêndice II do Termo de Referência (Anexo I).

13.7. A habilitação da arrematante será verificada por consulta ao SICAF ou



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

CAUFPR, bem como à documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos previstos neste capítulo, a ser anexada ao sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), nos termos deste edital.

13.7.1. A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF ou CAUFPR, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.8. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO**

14.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) para a participação do certame.

14.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

14.1.2. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou grupo respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Na hipótese do item 14.2 será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026 – SEI n.º 25.0.000008706-0





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.5. Caso esteja sendo exigido atestado de capacidade técnica, ele poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.5.1. A arrematante poderá disponibilizar todas as informações que entender necessárias à comprovação da legitimidade do atestado, tais como contratos, notas de empenho, notas fiscais etc.

14.5.2. A ausência de algum dos requisitos do atestado ou dúvidas com relação ao seu conteúdo não o invalidarão se a informação puder ser obtida por diligência ou por meio de outros documentos.

## **15. DA AMOSTRA**

15.1. Não será exigida a apresentação de amostra na presente licitação.

## **16. DOS RECURSOS**

16.1. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

16.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.1.1. Uma vez aceita a intenção de recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.1.2. Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço [licitacoes@defensoria.pr.def.br](mailto:licitacoes@defensoria.pr.def.br).

16.1.3. As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

16.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.5. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

---

## **17. DA CONTRATAÇÃO**

17.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.

17.2. A DPE-PR convocará a licitante vencedora para assinatura do Termo de Contrato, eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

17.2.1. O prazo de convocação de que trata o item 17.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.2.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 17.2.

17.2.3. A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 17.2.

17.3. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

17.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 17.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

17.6.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

17.6.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

favor do órgão ou entidade licitante.

17.8. A regra do item 17.7 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 17.6.1.

17.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 17.4 e 17.6.

17.10. Farão parte da contratação, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste edital e na proposta da adjudicatária.

17.11. A correta emissão da nota fiscal é de responsabilidade da contratada e o faturamento deverá obedecer à legislação tributária que rege a matéria, devendo retratar a realidade da operação realizada e seus respectivos valores.

## **18. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO**

18.1. As condições de execução, fiscalização, gestão, recebimento do objeto e pagamento estão previstas no Termo de Referência (Anexo I).

18.2. É vedado participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **19. DA LEI ANTICORRUPÇÃO**

19.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

## **20. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. A disciplina acerca das sanções administrativas encontra-se prevista no Termo de Referência (Anexo I).

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. A licitante ou o interessado em participar da presente licitação consente e

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026 – SEI n.º 25.0.000008706-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade específica, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

21.2. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.5. É facultado ao agente de contratação, Pregoeiro, comissão de contratação e/ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação.

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a juntada de novos documentos quando necessários para complementar informações acerca daqueles já apresentados pela licitante e que se refiram a fato pré-existente à abertura do certame, bem como aqueles destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

b) adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou da proposta, ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância da proposta;

c) convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

d) solicitar os documentos apresentados de forma eletrônica em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo estabelecido.

21.6. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

21.7. O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

21.8. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

21.9. O presente edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição mencionado em um documento, mesmo que

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026 – SEI n.º 25.0.000008706-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

omitido em outro, será considerado especificado e válido para esta licitação.

21.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.12. O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas eventuais questões não resolvidas na esfera administrativa.

21.13. Acompanham o presente edital e dele constituem parte integrante os seguintes anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

Curitiba, data da assinatura digital.

**MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ**

**DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**



**DPE PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

---

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

SEI nº25.0.000008706-0

### 1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Definição do objeto: A presente contratação destina-se à Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva na subestação abrigada de 13,8 kV / 220-127 V, com potência instalada de 500 kVA, da sede da Defensoria Pública do Estado do Paraná, contemplando:

1.1.1. Manutenção Preventiva mensal: Inspeções técnicas mensais, limpeza de componentes, reaperto de conexões e medições de rotina.

1.1.2. Manutenção Preventiva anual: Realização de ensaios elétricos anuais (incluindo, mas não se limitando a: resistência de isolamento, resistência ôhmica dos enrolamentos, relação de transformação) e inspeção termográfica completa da subestação..

1.1.3. Manutenção Corretiva: Atendimento emergencial 24x7 e reparos programados para correção de falhas e anomalias, com fornecimento de peças e materiais.

1.1.4. O objeto inclui a emissão de todos os relatórios técnicos, laudos, e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelo serviço, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e seus apêndices.

1.1.5. As demais especificações técnicas, o detalhamento dos equipamentos e os procedimentos de execução do plano de manutenção encontram-se no **Apêndice I**.

### 1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual: A Defensoria Pública do Estado do Paraná possui edificação de porte relevante, atendida por subestação elétrica abrigada em média tensão (13,8 kV), responsável pelo fornecimento de energia às atividades essenciais da instituição. Atualmente, não há contrato vigente que contemple de forma abrangente a manutenção preventiva e corretiva das instalações, o que expõe a edificação a riscos de falhas inesperadas, interrupções de fornecimento e danos a





equipamentos sensíveis. A realização esporádica de intervenções pontuais mostrou-se insuficiente para assegurar a confiabilidade e a continuidade do fornecimento. Diante desse cenário, faz-se necessária a contratação de empresa especializada, apta a garantir a execução de serviços técnicos qualificados, em conformidade com normas da ABNT, NR-10, NR-35, regulamentações da concessionária de energia e demais normativos aplicáveis, de modo a reduzir riscos operacionais e preservar a segurança dos usuários e do patrimônio institucional.

1.2.2. Justificativa para as quantidades a serem contratadas: As quantidades estimadas resultam de levantamento técnico preliminar realizado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), contemplando o dimensionamento da subestação existente (transformador de 500 kVA), os ciclos de manutenção recomendados pelas normas técnicas e pela experiência de mercado, bem como a necessidade de disponibilidade para atendimento corretivo emergencial em tempo reduzido. Os parâmetros adotados alinham-se às práticas de instituições congêneres, que estruturaram contratos com escopo preventivo anual, corretivo sob demanda e previsão de provisão de peças.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação: Funcionamento adequado e confiável da subestação; conformidade com normas técnicas regulatórias; redução de riscos e disponibilidade contínua do sistema elétrico.

1.2.4. Descrição sumária dos itens a serem contratados:

Aviso: No sistema [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br), o grupo 1 consta como item 1 (com quantidade 1). Dessa forma, o valor global do grupo - discriminado no fim da tabela abaixo - consta como valor unitário no sistema. Após a fase de lances, o vencedor deverá encaminhar sua proposta recomposta com o detalhamento dos valores unitários e quantidades, respeitando os valores unitários máximos previsto na tabela abaixo, conforme modelo disponibilizado no Anexo II - Modelo de Proposta Comercial.

Grupo 01	Participação geral					
	Benefícios LC 123/2006			Sim ( ) Não ( )		
Item	Quant.	Unidade de Medida	CATSER	Especificações	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total Máximo do Item (R\$)
1	11	Mensal	4871	Manutenção preventiva mensal para diagnósticos e análise,	R\$3.000,00	R\$33.000,00



				sem desligamento de energia, de possíveis problemas futuros que possam ocasionar interrupção de fornecimento de energia (valor mensal).		
2	01	Anual	4871	Manutenção preventiva programada anual para correções necessárias levantadas na etapa de manutenção preventiva que dependem de interrupção no fornecimento de energia (valor anual).	R\$13.768,00	R\$13.768,00
3	12	por chamado	4871	Manutenção corretiva para restabelecimento do fornecimento de energia às instalações no caso de falha em alguma das cabines primárias (valor por chamado).	R\$4.500,00	R\$54.000,00
4	01	Verba anual	4871	Eventuais aquisições de peças e equipamentos para fins de substituição, reposição ou formação de estoque, mediante autorização da Contratante. (Reembolso)*	R\$95.038,17	R\$95.038,17
VALOR GLOBAL MÁXIMO DO GRUPO 01					R\$ 195.806,17	
(considera-se como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este grupo)						

\*Valor fixo, não será objeto de disputa pelos licitantes.

#### 1.2.5.

#### DETALHAMENTO DO OBJETO

1.2.5.1. A especificação técnica dos equipamentos, bem como as características de elaboração e execução do plano de manutenção preventiva e corretiva constam no **Apêndice I**.

### 2. DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual, conforme autorização contida nos autos de instrução, sob o número 092/2025.

### 3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. Tipo de contratação: licitação.



3.2. Modalidade de contratação: Pregão Eletrônico, em consonância com o Plano de Contratações Anual (PCA).

3.3. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação, uma vez que a prestação do serviço é contínua e perene ao longo do tempo, tornando a utilização do contrato sob demanda mais eficiente para a gestão e execução do objeto.

3.4. Critério de julgamento: o critério de julgamento será o menor preço global, por se tratar de serviço comum, e de ampla oferta.

3.5. Critério de adjudicação: o critério de adjudicação será por grupo, tendo em vista não ser tecnicamente indicado e economicamente vantajoso o parcelamento do objeto.

3.6. Possibilidade de participação de consórcios de empresas: será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.

3.7. Previsão de subcontratação: é vedada a subcontratação do objeto, sendo permitida, em caráter excepcional, apenas quando expressamente autorizada pela CONTRATANTE e desde que necessária, comprovadamente, a atuação de empresa especializada ou do fabricante para a manutenção de determinado equipamento ou peça.

3.8. Aplicação do tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte: não há óbices para a aplicação de adoção do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei n.º 11.488/2007.

3.9. Aplicação do direito de preferência: considerando o objeto da contratação, não há direito de preferência.

#### **4. DOS REQUISITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS**

##### **4.1. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

4.2. Considerando os requisitos de caráter técnico do objeto, exige-se da licitante a comprovação de capacidade técnica para a execução dos serviços contratados.



4.3. Apresentação do registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência.

4.3.1. Apresentação de 1 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, por período não inferior a 12 (doze) meses, serviços de manutenção em cabines de subestação em 13,8 kV ou superior, incluindo, ao menos, 1 (um) equipamento de potência mínima de 500 kVA, de forma a assegurar a pertinência com a complexidade das instalações a serem atendidas.

4.3.2. Para a comprovação do lapso temporal estabelecido no item anterior, de 12 (doze) meses, será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que se refiram a períodos não concomitantes.

4.4. O fornecedor disponibilizará, quando solicitado, informações e documentos que auxiliem na verificação da legitimidade dos atestados, tais como cópia do contrato que lhes deu suporte, endereço atual da contratante e local de execução.

4.5. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da prestação dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

4.6. Engenheiro Eletricista regularmente registrado no CREA ou Técnico em Eletrotécnica regularmente registrado no CRT: serviços de manutenção envolvendo cabines de subestação em 13,8kV ou superior.

4.7. O responsável técnico e/ou membros da equipe técnica acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o



prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

4.8. É admitida indicação de Responsável Técnico por meio de declaração de contratação futura e anuência do profissional, conforme modelo no **Apêndice V**, ficando a celebração do contrato condicionada à comprovação do vínculo.

4.9. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

4.10. Considerando a natureza do objeto, não será exigida a apresentação de amostras relacionadas ao objeto durante a fase de habilitação.

4.11. Considerando a natureza do objeto, a vistoria é facultativa para o dimensionamento e elaboração da proposta para a presente licitação.

4.12. Os proponentes poderão, a seu critério, realizar visita técnica ao local para, tendo conhecimento das instalações, apresentarem cotação.

4.12.1. Caso seja realizada a visita, deverá ser assinado o Termo de Vistoria, conforme modelo fornecido no Apêndice II, pelo técnico credenciado da empresa e por servidor da DPE/PR.

4.12.2. A vistoria, quando desejada pelo proponente, deverá ser agendada previamente ao envio da proposta e realizada com o acompanhamento de representante da DPE/PR, a ser indicado.

4.12.3. Todos os custos associados às eventuais visitas e inspeções serão de inteira responsabilidade dos proponentes.

4.13. Caso o proponente opte por não realizar visita, deverá ser assinado e apresentado o Termo de Vistoria, conforme modelo fornecido no Apêndice II, assumindo responsabilidade pelo pleno conhecimento do objeto da contratação, incluindo as condições físicas, técnicas e operacionais necessárias para a correta prestação dos serviços.

4.14. **CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO FISCAL, PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA**



4.15. De acordo com o inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ser de ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

4.16. Para fins de análise da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, bem como para verificar se há algum impedimento para contratação do fornecedor beneficiário, serão considerados os seguintes documentos:

4.16.1. Cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.16.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);

4.16.3. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.16.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

4.16.5. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

4.16.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF; ;

4.16.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

4.16.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);

4.16.9. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.16.10. Demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

4.16.11. Certidões negativas de licitante inidôneo e improbidade administrativa.





4.16.12. O fornecedor vencedor da disputa, deverá estar cadastrado no sistema SICAF, viabilizando a publicização dos atos da contratação no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

4.16.13. A CONTRATADA não cadastrada, poderá realizar o cadastro no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.16.14. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:

- 4.16.14.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 4.16.14.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 4.16.14.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
- 4.16.14.4. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná;
- 4.16.14.5. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

## **5. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.

5.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.3. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.

5.4. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela licitante em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório.



5.5. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPE/PR.

5.6. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

5.7. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR) e vigorará por 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, sendo prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO**

6.1. O gestor e o fiscal técnico do Termo de Contrato serão designados pela Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios (CFIS).

6.2. O fiscal técnico será designado de acordo com a indicação da Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA).

6.3. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de ofício e/ou correspondência eletrônica pelo e-mail: [manutenção@defensoria.pr.def.br](mailto:manutenção@defensoria.pr.def.br) e serão expedidas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) ou órgão competente.

6.4. O acompanhamento e fiscalização do contrato serão realizados pela fiscalização da CONTRATANTE.

6.5. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por intermédio da fiscalização contratual.

6.6. A fiscalização técnica do contrato consistirá na verificação da conformidade dos serviços prestados com o escopo e a qualidade definidos neste Termo de Referência, e será exercida por meio das seguintes atividades:

6.6.1. Análise e aprovação de documentos: O fiscal técnico será responsável por receber, analisar e aprovar todos os documentos técnicos emitidos pela contratada, incluindo o Plano de Manutenção, os relatórios de manutenção mensal e anual, os resultados dos ensaios, os laudos e a ART.



6.6.2. Acompanhamento das manutenções: O fiscal técnico poderá, a seu critério, acompanhar presencialmente a execução das manutenções preventivas e corretivas, especialmente durante a realização dos ensaios anuais.

6.6.3. Atesto dos serviços: A medição e o pagamento dos serviços estarão condicionados ao atesto do fiscal técnico, que verificará se os serviços foram executados a contento e se toda a documentação exigida foi entregue em conformidade.

6.7. A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas especialmente no Anexo XII da Resolução DPG n° 375/2023.

6.8. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. Executar fielmente os serviços, de acordo com a Especificação Técnica e ainda nos termos da Legislação que rege a matéria vigente, bem como em observância às cláusulas e condições estabelecidas no futuro contrato e às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado.

7.2. Atender e manter, durante a execução do futuro contrato, os níveis mínimos de qualificação técnico/operacional para prestar os serviços contratados com qualidade, utilizando-se de técnicos qualificados, atendendo aos prazos e condições convencionados.

7.3. Executar os serviços objeto da contratação com perfeição, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, apresentando a respectiva nota fiscal, quando de sua conclusão, na qual constarão as indicações necessárias, prazos de garantia, entre outras informações, conforme o caso.

7.4. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações da DPE/PR sem prévia autorização formal.



7.5. A CONTRATADA deverá atuar em estreita colaboração com a Coordenadoria de Manutenção da DPE/PR, mantendo comunicação contínua e relatórios atualizados sobre o andamento das atividades.

7.6. A CONTRATADA deverá zelar pela qualidade dos materiais e equipamentos fornecidos pela DPE/PR, quando for o caso, garantindo que estejam em perfeitas condições de uso, sem defeitos ou falhas que possam comprometer a realização do evento.

7.7. A CONTRATADA deverá prover todo o pessoal necessário para a execução dos serviços, conforme os quantitativos e qualificações exigidos neste instrumento, garantindo que todos os profissionais estejam devidamente treinados e identificados.

7.7.1. A CONTRATADA deverá alocar na execução dos serviços apenas profissionais com qualificação comprovada, sendo o responsável técnico um Engenheiro Eletricista ou Técnico em Eletrotécnica e equipe de execução formada por técnicos em eletrotécnica, todos com certificação válida em NR-10 (Básico e Sistema Elétrico de Potência - SEP).

7.8. A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados à infraestrutura da subestação de energia, devendo reparar ou ressarcir eventuais prejuízos ocasionados pela execução inadequada dos serviços.

7.9. A CONTRATADA deverá cumprir todas as normas e regulamentos aplicáveis, incluindo legislação trabalhista, normas de segurança do trabalho e regulamentações ambientais.

7.10. A empresa CONTRATADA deverá comunicar à Defensoria Pública imediatamente e por escrito, toda e qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

7.11. A empresa CONTRATADA deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.853/2019 em todos os seus aspectos.

7.12. A CONTRATADA deve atender nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e determinações regulares emitidas pela autoridade designada para gerir, acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior, bem como atender tempestivamente às diligências para a regular gestão do instrumento contratual.



7.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos, avarias ou incorreções resultantes da execução do serviço.

7.14. Responsabilizar-se por quaisquer vícios e danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imperícia ou imprudência, dos seus representantes ou seus respectivos prepostos, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.15. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início e da conclusão dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.16. Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá utilizar produtos específicos para o fim a que se propõe a presente contratação, em plena conformidade com as instruções do fabricante e legislação pertinente.

7.17. A CONTRATADA deverá apresentar funcionários devidamente identificados com nome do profissional, sua função e nome da empresa.

7.18. A CONTRATADA deverá fornecer o material e equipe técnica qualificada, assim como os equipamentos de proteção individual (EPI's), ferramentas e equipamentos, realizando os serviços de acordo com as normas vigentes e com o manual dos equipamentos instalados.

7.19. A CONTRATADA deverá submeter-se à fiscalização periódica da DPE/PR, a qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a sua normalização, assistindo inclusive ao contratante o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações do objeto do presente contrato.

7.20. A CONTRATADA deverá manter telefone fixo e móvel disponível para contato durante horário comercial, através do qual a fiscalização se reportará acerca de assuntos referentes à execução de serviços, inclusive para aqueles que por sua natureza devam ser tratados com o responsável técnico da empresa, o qual deverá imediatamente atender e fornecer todas as informações requisitadas.

7.21. A qualquer tempo, a fiscalização poderá solicitar, por motivo justificado, a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA.



7.22. A critério da fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar os equipamentos ou materiais substituídos ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia.

7.23. A CONTRATADA ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o contratante responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da CONTRATADA, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da CONTRATADA.

7.24. A CONTRATADA deverá providenciar sinalizações claras quando os equipamentos estiverem em manutenção.

7.25. Ao término dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar o local limpo e dar a destinação correta a todo o resíduo gerado pela execução dos serviços.

7.26. Utilizar ferramentas e equipamentos adequados: Empregar ferramentas, instrumentos de medição e equipamentos de ensaio adequados para a execução dos serviços em média tensão. Todos os instrumentos deverão possuir Certificado de Calibração válido, emitido por laboratório acreditado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC), o qual deverá ser apresentado à fiscalização sempre que solicitado.

7.27. Cumprir os prazos de atendimento corretivo: Atender aos chamados para manutenção corretiva dentro dos prazos máximos estabelecidos neste Termo de Referência, garantindo a rápida mobilização da equipe para restabelecer as condições operacionais da subestação.

7.28. Responsabilizar-se pela segurança: Assumir total responsabilidade pela segurança de sua equipe e de terceiros durante a execução dos serviços, fornecendo todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) necessários, e realizando a sinalização e o isolamento adequado da área de trabalho, conforme NR-10.

7.29. Gerenciar os resíduos gerados: Realizar a coleta, o transporte e a destinação final de todos os resíduos gerados na manutenção (peças, baterias, etc.), em conformidade com a legislação ambiental, e apresentar à fiscalização os respectivos certificados de destinação final.

7.30. Manter sigilo: Manter sigilo absoluto sobre todas as informações técnicas, diagramas e dados da instalação elétrica da DPE/PR aos quais tiver acesso durante a





execução

do

contrato.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.1. Cumprir todas as normas e condições previstas na legislação correlata.
- 8.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias à execução do objeto desta licitação.
- 8.3. Aplicar as penalidades previstas no Edital e no Termo de Referência, quando cabível.
- 8.4. Cientificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer anormalidades verificadas no serviço ora contratado, para fim de adoção das providências cabíveis.
- 8.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este termo e seus anexos.
- 8.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.7. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.8. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 8.9. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.10. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei, no Edital e no Termo de Referência.
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



8.13. As demais obrigações da CONTRATANTE encontram-se dispostas no procedimento da contratação e demais documentos pertinentes à contratação.

## **9. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

9.1. A execução do objeto da presente contratação terá início após a publicação do extrato do Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

9.2. Após a assinatura do respectivo contrato, a Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios da DPE/PR informará à CONTRATADA a data de início da vigência contratual, bem como os dados de contato do(a) Gestor(a) e do(a) fiscal do contrato.

9.3. Os serviços contratados serão executados pela CONTRATADA após a Reunião Inicial do Contrato, a qual deverá ser realizada em até 5 (cinco) dias úteis da publicação do contrato.

9.4. A Reunião inicial terá por objetivo apresentar os fiscais da CONTRATANTE, as particularidades dos equipamentos, a definição do Preposto da CONTRATADA.

9.5. A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do contrato o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) da Subestação, em até 10 (dez) dias após publicação do contrato.

9.5.1. O PMOC deverá conter cronograma anual de atividades, os procedimentos para cada ensaio e os checklists que serão utilizados.

9.5.2. Caso não haja aprovação pela fiscalização contratual, o PMOC deverá ser refeito em até 05 (cinco) dias úteis da comunicação formal acerca da não aprovação.

9.6. A Contratada deverá emitir e entregar à fiscalização, em até 05 (cinco) dias úteis da finalização de cada visita (preventiva ou corretiva), Relatório Técnico de Manutenção detalhado, contendo, no mínimo: descrição dos serviços, resultados dos ensaios (com valores e gráficos), fotos, recomendações e a ART de execução.

9.7. A CONTRATADA será responsável por realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva programada, em dias úteis e horário comercial (das 08:00h às 18:00h), mediante agendamento prévio com o/s fiscal/is do Contrato, nos seguintes modos e prazos:



9.7.1. No caso de manutenção preventiva, mensalmente, na data agendada com o fiscal do contrato;

9.7.1.1. Todas as manutenções preventivas deverão ser agendadas pela CONTRATADA junto à fiscalização com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

9.7.2. No caso de manutenção preventiva programada, anualmente, na data agendada com o fiscal do contrato;

9.7.2.1. A manutenção anual, por exigir o desligamento programado da subestação, deverá ser agendada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, para que a DPE/PR possa comunicar todos os setores sobre a interrupção de energia.

9.7.3. No caso de chamados de emergência, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados a partir da hora do chamado, para iniciar as atividades presenciais de atendimento técnico.

9.7.3.1. A Central de Atendimento de Emergência deverá ser capaz de, até a chegada do técnico ao local da emergência, dar instruções técnicas aos servidores da unidade através do Atendimento Remoto (via telefone), a fim de tentar solucionar ou amenizar o problema no menor tempo possível, minimizando os danos causados.

9.7.3.2. Ainda que, através do contato remoto, a Central de Atendimento de Emergência, juntamente com o servidor da unidade, consiga solucionar o problema, o técnico deverá ser encaminhado ao local no prazo supracitado, para que realize uma avaliação do ocorrido, solucione a causa do problema e emita um relatório de avaria.

9.7.3.3. A CONTRATADA deverá realizar a correção do problema emergencial no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, prorrogado por igual período a critério da CONTRATANTE, contado do início do atendimento presencial.

9.8. O período de pronto atendimento para a execução dos serviços de Manutenção Corretiva e Emergencial será ininterrupto, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante toda a vigência contratual.



9.8.1. A manutenção corretiva e/ou emergencial realizada fora do horário normal, em sábados, domingos ou feriados, não ensejará a prestadora do serviço, o recebimento de quaisquer valores adicionais.

9.9. O prazo máximo para entrega e instalação de peças necessárias será de 5 (cinco) dias corridos, contados da aprovação da fiscalização contratual.

9.10. Na hipótese de a instalação da peça, componente ou acessório ser realizado de maneira inadequada, deverá a CONTRATADA providenciar sua imediata regularização, em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE.

9.11. O recebimento do objeto contratual seguirá os procedimentos e prazos abaixo:

9.12. O objeto será recebido provisoriamente pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da documentação de cobrança e demais documentos exigidos neste Termo de Referência para a conclusão de cada manutenção executada.

9.12.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, não dispondo de modo diverso o Termo de Referência e os demais documentos vinculados a esta contratação, considerar-se-á provisoriamente aceito, para todos os efeitos, o objeto contratual pela CONTRATANTE.

9.13. O objeto será recebido definitivamente pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento provisório, não podendo ultrapassar esse prazo, salvo situação excepcional expressamente comprovada.

9.13.1. O recebimento definitivo do objeto fica condicionado à demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações assumidas, bem como à apresentação do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação vigente.

9.14. Se a CONTRATANTE verificar inconsistência na execução do objeto ou na documentação/instrumento de cobrança, o recebimento definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.



9.14.1. Na hipótese anterior, o prazo para recebimento será interrompido, apenas sendo iniciado novamente – ou seja, os dias já decorridos serão restituídos e o prazo reiniciará do zero – após a regularização da pendência.

9.15. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento definitivo sem qualquer manifestação da CONTRATANTE, não dispondo de modo diverso o Termo de Referência e os demais documentos vinculados a esta contratação, considerar-se-á definitivamente aceito pela CONTRATANTE o objeto contratual, para todos os efeitos.

9.16. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

9.17. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas em Termo de Referência e nos demais documentos a ele vinculados, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

9.18. Os serviços executados deverão ter garantia de 90 dias, conforme a legislação consumerista.

9.19. Durante o período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os reparos, substituições e serviços necessários para assegurar o pleno uso dos objetos contratados, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

## **10. DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

10.1.A Licitante, a Adjudicatária e a CONTRATADA que incorrerem em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeitam-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Deliberação CSDP nº 043/2023, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

10.2.As demais disposições referentes ao tema encontram-se no instrumento contratual.

## **11. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)**



11.1. A CONTRATADA deverá cumprir os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados, conforme Apêndice III.

## **12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

12.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE-PR quaisquer custos adicionais.

12.2. Após o recebimento definitivo pelo responsável pelo acompanhamento, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta bancária em favor da CONTRATADA em até 10 (dez) dias úteis.

12.3. Os pagamentos serão efetuados conforme a aferição realizada pelo IMR, com descontos proporcionais em caso de notas fiscais com pontuação de infrações.

12.4. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da CONTRATANTE;

12.5. Para a liberação do pagamento, a pessoa responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Diretoria de Orçamento e Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.

12.6. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se novamente após a regularização.

12.7. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.7.1. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios





devidos pela DPE-PR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

12.9. A DPE-PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

12.10. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPE-PR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

12.11. Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Resolução DPG nº 375/2023, a Defensoria Pública do Estado do Paraná disponibilizará, mensalmente, em área específica no Portal da Transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentam a eventual modificação da ordem.

12.12. Excepcional antecipação de pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado deverá observar o disciplinado no Art.75 da Resolução DPG nº 375/2023.

### **13. DO REAJUSTE**

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de [03/02/2026] a [02/02/2027].

13.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE, considerando a data-base: [02/2026.], mediante a aplicação da variação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE, as demais disposições relativas ao reequilíbrio econômico encontram-se em no instrumento contratual.

### **14. DA GARANTIA CONTRATUAL**

14.1. Dadas as particularidades e natureza do fornecimento do serviço envolvido, não haverá exigência de garantia contratual da execução.



## **15. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

15.1. A contratação deverá observar práticas que reduzam impactos ambientais e promovam a sustentabilidade, em consonância com o art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

15.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados, quando possível, pela CONTRATADA.

### **15.2.1. Gestão de Resíduos e Substâncias Perigosas:**

15.2.1.1. Implementar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, com segregação, triagem e destinação correta junto a empresas licenciadas.

15.2.1.2. Coletar, acondicionar e destinar adequadamente óleos isolantes e outros resíduos oleosos, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 362/2005 e a ABNT NBR 10004-1:2024.

15.2.1.3. Tratar resíduos perigosos, como materiais contendo bifenilas policloradas (PCB), conforme Resolução CONAMA nº 465/2015, apresentando laudos ou certificados emitidos por empresa licenciada.

### **15.2.2. Eficiência Energética e Uso Racional de Recursos:**

15.2.2.1. Realizar calibração periódica dos instrumentos de medição, em consonância com a ABNT NBR ISO 50001:2018, buscando eficiência energética nos testes e ensaios.

15.2.2.2. Priorizar o uso racional de recursos (energia elétrica, água, insumos técnicos), adotando alternativas menos impactantes sempre que viáveis.

### **15.2.3. Transporte e Logística Sustentável:**

15.2.3.1. Promover a otimização de rotas e o uso de veículos em boas condições de manutenção, de forma a reduzir emissões de gases de efeito estufa, alinhando-se ao Programa Brasileiro GHG Protocol.

15.2.3.2. Sempre que possível, adotar práticas de logística reversa, conforme Lei Estadual nº 20.132/2020 (Compra Inteligente Sustentável).

### **15.2.4. Materiais e Equipamentos:**



15.2.4.1. Priorizar equipamentos e peças que apresentem melhor relação custo-benefício ambiental, considerando ciclo de vida, reciclabilidade e menor impacto ambiental.

15.2.4.2. Assegurar que os transformadores, cabos, disjuntores, para-raios e demais itens substituídos tenham destinação final ambientalmente adequada, com comprovação documental.

15.2.5. Capacitação e Cultura Sustentável:

15.2.5.1. Promover treinamento contínuo da equipe técnica sobre práticas de sustentabilidade, incluindo manejo seguro de resíduos, uso racional de energia e mitigação de riscos ambientais.

15.2.5.2. Incluir relatórios periódicos de desempenho ambiental nas manutenções preventivas, registrando indicadores como quantidade de resíduos gerados, destino final e emissões evitadas.

## **16. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Resolução DPG nº 375/2023, Deliberação CSDP nº 043, de 04 de dezembro de 2023, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e na Deliberação CSDP 21/2022 (Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná), Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto da contratação, aplicando-se referida legislação especialmente aos casos omissos.

16.2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

## **17. DO FORO**

17.1. Eventuais litígios que não possam ser dirimidos administrativamente serão processados e julgados na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



## APÊNDICE I - DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

### 1. Dados gerais:

- 1.1. **Endereço:** Avenida João Gualberto, 717 - Alto da Glória, Curitiba - PR
- 1.2. **Projeto:** 2306-013-00-DMUL-02
- 1.3. **Responsável Técnico:** Eng. Ele. Alexandre Moraes de Moraes - CREA PR-32.312/D
- 1.4. **Empresa:** CRIENG Electrical Systems
- 1.5. **Tipo:** Subestação Abrigada
- 1.6. **Tensão Primária:** 13,8 kV
- 1.7. **Tensão Secundária:** 220/127 V
- 1.8. **Potência:** 500 kVA
- 1.9. **Frequência:** 60 Hz

### 2. Equipamentos de média tensão (13,8 kV):

Item	Descrição	Especificação	Quantidade
1	Chave Fusível	15 kV, 100 A, Elo 40K	3
2	Para-raios	15 kV	3
3	Mufla Externa Termocontrátil	12/20 kV	4
4	Mufla Interna Termocontrátil	12/20 kV	4
5	Cabo de Média Tensão	4#35mm <sup>2</sup> , isolação 12/20 kV, 2 x PVC Ø 110mm, L~40m	1 conjunto
6	Seccionadora 1 sob Carga	15 kV, In = 400 A	1
7	Relé Primário	50A, Reg. 44 A	1
8	Seccionadora 1 sob Carga (saída trafo)	15 kV, In = 400 A	1



### 3. Equipamentos de transformação

Item	Descrição	Especificação	Quantidade
9	Transformador a Seco	Potência: 500 kVA, Vpri = 13,8 kV/13,2 kV/12,0/12,6 kV/11,4 kV, Vsec = 220/127 V, Frequência: 60 Hz	1

### 4. Equipamentos de baixa tensão (220/127v)

Item	Descrição	Especificação	Quantidade
10	Caixa J (Junção)	-	1
11	Caixa Seccionadora	1200 A	1
12	Busway (Barramento Blindado)	1200 A	1
13	Cabo do Transformador ao Busway	#95mm	1 conjunto

### 5. Sistema de Medição

Item	Descrição	Especificação	Quantidade
14	Transformadores de Corrente (TCs)		3
15	Medidor/Multimedidor	kWh, 50A, 3A	1
16	Caixa CMM c/ Medição	Do SS1	1

### 6. Sistema de Proteção

Item	Descrição	Especificação	Quantidade
17	Relé de Proteção	50/51/50N/51N (função 52), Reg. 44 A	1
18	Intertravamento Mecânico	Tipo KIRK	1



**DPE PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

## 7. Sistema de Aterramento

Item	Descrição	Especificação	Quantidade
19	Barramento de Cobre Eletrolítico	Ø 3/8"	1
20	Cabo de Cobre Nu	35mm <sup>2</sup> , para aterramento dos equipamentos e partes metálicas	1 conjunto
21	Cabo de Aterramento	#25mm <sup>2</sup>	2
22	Malha de Terra (Neutro e Terra)	Conforme diagrama	1

## 8. Sistema de Combate à incêndio

Item	Descrição	Especificação	Quantidade
23	Quadro QF-Bombas	-	1
24	Bomba de Incêndio	B 2 - 4CV	1
25	Dispositivo de Partida	-	1
26	Cabo de Alimentação	3#10(T10)mm <sup>2</sup> , PVC, 0,6/1,0kV-70°C, PVC Ø 25mm (1"), L~35m	1

## 9. Infraestrutura e Acessórios

Item	Descrição	Especificação	Quantidade
27	Eletroduto PVC	Ø 75mm (2.1/2")	2
28	Eletroduto PVC	Ø 110mm (4")	2
29	Cotovelo Vertical	-	2
30	Cotovelo Horizontal	-	1
31	Caixa do CM-COND	CB200 em baixo da CME CM-COND	1
32	Eletroduto de Energia	Via QD-VVO	1





33	Eletroduto de Comunicação	Via Caixa Concentradora Térreo	1
34	Placa de Advertência	"PERIGO DE MORTE, ALTA TENSÃO", chapa metálica nº 16, à prova de corrosão, fundo amarelo e caracteres preto, dim. 280x180mm	1

**10. Cubículos da Subestação (conforme Planta SS1)**

Item	Descrição	Especificação	Quantidade
35	Cubículo 1 - Cond (Condutores/Entrada)		1
36	Cubículo 2 - Comando/Geral		1
37	Cubículo 3 - Proteção		1
38	Cubículo 4 - Entrada		1

**11. Circuitos de Distribuição (Cofres CM)**

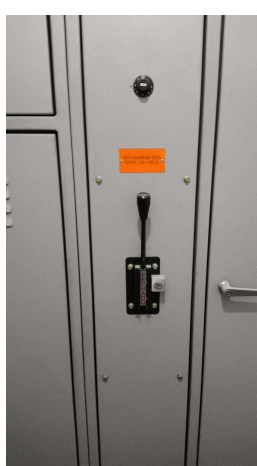
Item	Descrição	Especificação	Quantidade
39	COFRE-CM-01	200 A, Mín. 32A	1
40	COFRE-CM-02	200 A, Mín. 32A	1
41	COFRE-CM-03	200 A, Mín. 32A	1
42	COFRE-CM-04	200 A, Mín. 32A	1
43	COFRE-CM-05	200 A, Mín. 32A	2
44	CM-01	200 A, Mín. 32A	1
45	CM-02	200 A, Mín. 32A	1
46	CM-03	200 A, Mín. 32A	1
47	CM-04	200 A, Mín. 32A	1
48	CM-05	350 A, Mín. 32A	2



**DPE PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

## 12. Fotografias dos equipamentos e instalações



## 13. Condições Gerais do Objeto

13.1. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum de engenharia, dado o pleno domínio do mercado acerca de sua execução e a viabilidade de caracterizar, de forma padronizada, suas especificações; principalmente pelo fato desta espécie de manutenção ser periódica, o que enseja a existência de inúmeras prestadoras de tais serviços.

13.2. Os serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados em dias úteis, no horário comercial, e excepcionalmente em dias não úteis (sábados, domingos e feriados) conforme a necessidade.



**DPE PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

13.3. Caso haja execução de serviços em dias ou horários não úteis, por decorrência de má administração da CONTRATADA, estes não deverão acarretar ônus para o CONTRATANTE.

13.4. Para o caso de alterações ou modernização dos equipamentos e dispositivos ou do local de instalação dos mesmos, que confirmem o escopo contratado como de manutenção, aplicar-se-ão os mesmos requisitos deste contrato para os novos sistemas, dispositivos e/ou equipamentos.

13.5. A CONTRATADA deve possuir Central de Atendimento de Emergência com telefone específico para abertura de chamadas de emergência e atendimento remoto, comprometendo-se a manter registros constando número de protocolo e descrição do problema.

13.6. Caso ocorra alterações ou modernizações dos equipamentos e dispositivos ou do local de instalação dos mesmos, o escopo deste contrato de manutenção, deverá automaticamente abarcar os novos sistemas sem comprometer os objetivos iniciais da contratação de manter uma manutenção adequada funcional conforme descrito nesta documentação, prevendo todos os materiais, serviços, inspeções, testes e relatórios que se julgarem necessários pela fiscalização.

13.7. A CONTRATADA ficará responsável pela elaboração de relatórios mensais, trimestrais e anuais conforme Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), a ser elaborado pela CONTRATADA em prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

13.7.1. Relatórios esses a serem desenvolvidos para alinhamento da manutenção de todos os equipamentos, infraestruturas e sistemas de entrada de energia e subestação.

#### **14. Manutenção Preventiva mensal:**

14.1.1. Esses serviços serão realizados mensalmente, em horário comercial, sem interrupção no fornecimento de energia.

14.1.2. Devem contemplar termografia, medidas de parâmetros elétricos, análise de qualidade de energia, testes de vibração entre outros testes não invasivos.

14.1.2.1. Inspeção termográfica em todos os quadros, conexões, barramentos e equipamentos, com emissão de relatório com imagens térmicas e normais, identificando pontos quentes e anomalias conforme ABNT NBR 15572;

14.1.2.2. Medições de tensão, corrente e fator de potência nos principais circuitos;

14.1.2.3. Análise preliminar de qualidade de energia, verificando distorções harmônicas (THD) e desequilíbrio de fases;



**DPE PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

14.1.2.4. Inspeção visual e auditiva para detecção de ruídos, vibrações ou aquecimentos anormais nos transformadores e demais equipamentos

14.1.3. Nesta etapa, deverão ser levantados todos os possíveis problemas para resolução na manutenção preventiva programada a ser executada anualmente na subestação.

14.1.4. Plano de manutenção, com relatórios e checklists da manutenção preventiva:

14.1.4.1. Este Plano deverá contemplar programas de inspeção, análises visuais, reparos, reapertos, ensaios, manobras, movimentação logística de equipamentos, todas as atividades que puderem influenciar no perfeito funcionamento dos equipamentos instalados na subestação e todos os checklists, as rotinas e os relatórios que serão elaborados a partir dos dados coletados nas manutenções preventivas.

14.1.4.2. Caso existam procedimentos de reparo nos equipamentos que exijam a interrupção do sistema elétrico, esta deverá estar prevista no plano de manutenções e ser previamente agendada junto à Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA).

14.1.4.3. A não autorização das programações feitas não enseja o cancelamento das mesmas e sim a reprogramação adequada de acordo com as necessidades da Defensoria.

14.1.4.4. Os checklists deverão conter tabelas de indicação do estado visual de cada grupo de equipamentos da estação de transformação, ou seja, estado dos multimedidores, dos relés, dos disjuntores, dos LEDs de sinalização dos painéis, das botoeiras, das estruturas dos cubículos ou quadros (se está faltando tampas, parafusos ou porcas de fixação, se existe ferrugem aparente que possa ocasionar interrupção do serviço ou perda na eficiência), se existem infiltrações na sala, se há vazamentos diversos no chão, as condições dos cabos de aterramento nas carcaças dos equipamentos e portas, o estado dos tapetes de isolamento, o estado da iluminação normal e de emergência, a presença ou não dos principais projetos na estação, entre outros que a CONTRATADA achar necessário.

14.1.4.5. Acrescente-se a isso, tabelas que contenham medições de parâmetros dos equipamentos, ou seja, tensões, correntes mínimas e máximas, potências ativa e reativa, fator de potência, histórico de trip's dos relés, resistência de aterramento, entre outras medições que a CONTRATADA achar necessário.

14.1.4.5.1. Tais medições deverão ser realizadas nos principais pontos de fornecimento de energia da subestação.



14.1.4.6. Além dessas, a CONTRATADA deverá realizar medições termográficas e análises de qualidade de energia nos principais pontos dos equipamentos da subestação.

14.1.4.6.1. Essas medições devem ser realizadas ao menos uma vez por mês.

14.1.4.7. Caso seja necessário, a CONTRATADA deverá aumentar a frequência de coleta de dados de modo que a real tendência de problemas possa ser melhor diagnosticada. As análises devem indicar, à medida que forem sendo realizadas, a estabilidade do sistema elétrico. Caso contrário, devem prever eventuais tendências de problemas.

14.1.4.8. Os relatórios devem constar as análises realizadas no mês e os resultados acumulados nas medições anteriores, demonstrando, com isso, possíveis tendências de interrupções, caso sejam constatadas.

14.1.4.8.1. Os relatórios mensais deverão apresentar uma análise comparativa e evolutiva dos parâmetros medidos, incluindo gráficos de tendência para grandezas como temperatura, tensão e corrente.

14.1.4.8.2. A CONTRATADA deverá interpretar esses dados, diagnosticar eventuais tendências de degradação ou anomalias e propor, de forma proativa, ações corretivas ou de melhoria para mitigar riscos de falhas futuras.

14.1.4.9. As análises termográficas deverão ser apresentadas em forma de imagens térmicas inseridas nos relatórios escritos, indicando os pontos mínimos e máximos de temperatura. O foco deve ser nas conexões do Barramento Blindado (BUSWAY) e nas derivações do QGBT.

14.1.4.9.1. Tais análises devem compor uma tabela de modo a indicar o histórico das medições por equipamento.

14.1.4.9.2. As análises de qualidade de energia devem gerar relatórios com planilhas e gráficos para constatar se as grandezas elétricas estão nos parâmetros corretos ou se existem adversidades no funcionamento destes.

14.1.4.9.3. Estas análises devem estar organizadas em tabelas de modo a indicar o histórico das medições de qualidade no fornecimento de energia, assim como os parâmetros previstos em norma regulamentadora.

14.1.4.9.4. Quando os equipamentos apresentarem tendências ou anomalias nos testes realizados, a CONTRATADA, através dos relatórios, deverá indicar as possíveis soluções de curto e médio prazo para saná-las.



**DPE PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

14.1.4.9.5. A CONTRATADA, através das análises levantadas nas manutenções preventivas, deverá sugerir adequações nos equipamentos da subestação para torná-los mais eficientes, do ponto de vista energético, e mais seguros.

14.1.4.9.5.1. Neste sentido, deverá ser avaliada a possibilidade de corrigir o fator de potência e, possivelmente, a readequação de classe nas contratações de demanda de energia com a concessionária local para um melhor aproveitamento financeiro com os gastos de energia elétrica.

14.1.4.9.6. Deverá ainda, realizar estudos de médio e longo prazos, notificando a Administração de possíveis problemas que possam ocasionar interrupções no sistema para que a mesma tenha tempo hábil para realizar as aquisições de equipamentos que se fizerem necessários.

14.1.4.9.7. A CONTRATADA, no prazo da elaboração do programa de manutenção preventiva, ou de outro prazo acertado com o gestor do contrato, ficará responsável pelo levantamento de todas as pendências que encontrar na subestação a que se refere este Termo e que possam ocasionar possíveis interrupções no fornecimento de energia.

14.1.4.9.8. Tal levantamento deverá ser apresentado à Administração e, de acordo com as condições orçamentárias e a natureza das intervenções, os itens poderão ser adquiridos mediante a verba destinada a reembolso (item 4) para componentes de reposição imediata, ou ser objeto de nova contratação para eventuais aquisições destes equipamentos, se o saldo destinado a esse fim se mostrar insuficiente.

14.1.4.9.9. Este levantamento inclui, também, uma lista acessória de equipamentos e peças que a CONTRATADA deverá solicitar à Defensoria para manter um estoque mínimo aceitável em almoxarifado destas para evitar que as interrupções no fornecimento de energia causem transtorno à Administração. A aquisição desses itens será realizada pela CONTRATADA após autorização da DEA, utilizando-se da verba de reembolso prevista no item 4, de modo a garantir a pronta substituição em caso de falhas.

14.1.4.9.10. Neste sentido, a CONTRATADA deverá justificar individualmente cada item que compõe a referida lista, tanto tecnicamente quanto de acordo com as especificações e indicações de manutenção propostas pelo fabricante.





**DPE PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

14.1.4.9.11. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) irá avaliar a lista proposta e decidir sobre a viabilidade de aquisição dos equipamentos a serem colocados em estoque pela Defensoria.

14.1.4.9.12. A Defensoria poderá sugerir acréscimos ou supressões de itens na lista de peças apresentadas pela CONTRATADA, de acordo com as necessidades dos serviços.

14.1.4.9.13. Estão incluídos no preço dos serviços de manutenção todos os materiais de consumo e insumos necessários à execução das atividades de manutenção descritas no Apêndice I, não sendo objeto de reembolso itens como graxas, solventes, estopas, materiais de limpeza, entre outros.

**14.2. Manutenção preventiva programada (Anual):**

14.2.1. Esses serviços serão realizados anualmente, cuja programação deverá prever execução fora de horário comercial (provavelmente em sábados ou domingos), e contemplam as correções apontadas pela Manutenção Preventiva mensal, além de reparos, testes, limpeza, reapertos e lubrificações que dependam da interrupção do fornecimento de energia elétrica.

14.2.2. A programação das datas para realização destes serviços respeitará os prazos impostos pela concessionária de energia.

14.2.3. Esta etapa deverá ser planejada com antecedência mínima de 3 meses em parceria com o responsável da DPE/PR, sendo que deverão ser levantados todos os equipamentos e materiais necessários para que em um mesmo dia de programação sejam feitas todas as atividades pendentes, juntamente com a troca ou substituição de possíveis equipamentos danificados.

14.2.4. Os referidos testes devem incluir:

**14.2.4.1. Testes Específicos para Transformador a Seco:**

14.2.4.1.1. Ensaio de resistência de isolamento dos enrolamentos (megômetro), com aplicação de tensão de 2,5 kV, conforme recomendações da ABNT NBR 14039.

14.2.4.1.2. TTR (Teste de Relação de Transformação) nos taps.

14.2.4.1.3. Resistência ôhmica dos enrolamentos.

14.2.4.1.4. Verificação da ventilação natural, limpeza e inspeção das bobinas e isolação sólida.

**14.2.4.2. Testes de Proteção e Aterramento:**





14.2.4.2.1. Teste de injeção secundária no Relé 50/51/50N/51N, incluindo estudo de seletividade e validação da planilha de ajustes.

14.2.4.2.2. Validação dos ajustes parametrizados no relé de proteção, confrontando-os com os valores definidos no estudo de seletividade aprovado pela concessionária e pela fiscalização.

14.2.4.2.3. Medição da resistência de aterramento da malha de média tensão (valor de referência < 10 Ohms, conforme ABNT NBR 14039) e da malha de baixa tensão, garantindo que as condições de proteção contra choques elétricos (seccionamento automático da alimentação) sejam atendidas, conforme ABNT NBR 5410.

14.2.4.3. Testes Gerais:

14.2.4.3.1. Inspeção e limpeza nas porcelanas.

14.2.4.3.2. Lubrificações diversas.

14.2.4.3.3. Ensaio em chaves de manobra e no Intertravamento Tipo KIRK.

14.2.4.3.4. Teste de continuidade e funcionamento do circuito da Bomba de Incêndio.

14.2.4.3.5. Outros testes que a CONTRATADA julgar necessário.

14.2.5. A CONTRATADA ficará responsável pela obtenção junto à concessionária de energia da autorização para a execução dos serviços, assim como deverá estabelecer o procedimento de desligamento programado junto à concessionária.

14.2.6. Ao final da manutenção anual, a CONTRATADA deverá emitir um Laudo Técnico completo, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contendo:

14.2.6.1. Relatório de todos os ensaios e testes realizados, com os valores medidos e a análise dos resultados frente às normas técnicas;

14.2.6.2. Cópia do certificado de calibração de todos os instrumentos utilizados;

14.2.6.3. Registro fotográfico do antes e depois dos principais serviços;

14.2.6.4. Recomendações para melhorias e correções a serem planejadas.

14.2.6.5. Estão incluídos no preço dos serviços de manutenção todos os materiais de consumo e insumos necessários à execução das atividades de manutenção descritas no Apêndice I, não sendo objeto de reembolso itens como graxas, solventes, estopas, materiais de limpeza, entre outros.

14.3. **Manutenção corretiva:**

14.3.1. É a manutenção ocasional que deve ser realizada, cujo início deverá ocorrer no intervalo máximo de 2 (duas) horas, independentemente do dia da semana em que ocorra, a



**DPE PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

partir do chamado da DPE/PR, de modo a restabelecer o fornecimento de energia no menor tempo possível.

14.3.2. Essa manutenção será realizada para regularizar o funcionamento dos equipamentos e ou dispositivos que apresentarem problemas na subestação.

14.3.3. Diante de um defeito, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização um relatório de diagnóstico da falha, contendo a análise técnica das causas e uma proposta de solução, que poderá ser o reparo ou a substituição do componente.

14.3.3.1. A proposta deverá incluir uma análise comparativa de custos, prazos e vantagens técnicas de cada alternativa. A decisão final sobre a solução a ser implementada caberá à Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA).

14.3.4. O não atendimento da solicitação de manutenção corretiva em tempo hábil poderá gerar aplicação de penalidades por parte da CONTRATANTE.

14.3.5. Na ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça a CONTRATADA de proceder com os reparos, o prazo para o conserto ou reparo deverá ser renegociado com a Defensoria.

14.3.6. Na ocorrência de manutenções corretivas, fica facultado à CONTRATADA designar pessoal qualificado para o acompanhamento dos serviços e checagem dos equipamentos ou peças substituídas.

14.3.7. Em caso de falha em qualquer equipamento crítico da subestação (transformador, disjuntor, relé de proteção, etc.) que resulte na interrupção do fornecimento de energia, a CONTRATADA deverá seguir o seguinte procedimento:

14.3.7.1. Ação imediata: Executar as manobras de contingência previstas no Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) para restabelecer o fornecimento de energia às cargas essenciais da edificação no menor tempo possível.

14.3.7.1.1. Isso inclui, prioritariamente, a transferência da carga para o transformador de backup da Instituição (300 kVA) em caso de falha no transformador principal.

14.3.7.2. Diagnóstico: Apresentar à fiscalização, em até 4 (quatro) horas, um diagnóstico preliminar da falha e um plano de ação para o reparo do equipamento defeituoso.

14.3.7.3. Solução provisória: caso as manobras de contingência com os recursos existentes na planta não sejam suficientes para o restabelecimento mínimo dos serviços, haverá necessidade de substituir o equipamento defeituoso provisoriamente por outro com capacidade que suporte



**DPE PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

as necessidades de funcionamento, até que seja realizada a devida reposição, nos termos do item 4.5.

14.3.7.4. A eventual substituição do transformador principal (500 KVA) pelo transformador backup (300 KVA) ou por outro similar não ensejará cobrança adicional no momento da prestação dos serviços.

14.3.8. A CONTRATADA ficará responsável pela obtenção junto à concessionária de energia da autorização para a execução dos serviços, assim como deverá estabelecer o procedimento de desligamento emergencial junto à concessionária, a fim de garantir a segurança dos técnicos em serviço.

14.3.9. A CONTRATADA ficará responsável pela elaboração de relatórios mensais, trimestrais e anuais conforme Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), a ser elaborado pela CONTRATADA em prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

14.3.9.1. Relatórios esses a serem desenvolvidos para alinhamento da manutenção de todos os equipamentos, infraestruturas e sistemas de entrada de energia e subestação.

14.3.10. A CONTRATADA ficará responsável pela disponibilidade de profissionais, ferramentas e até veículos para total atendimento de quaisquer necessidades advindas dos serviços previstos neste Termo de Referência, inclusive com capacitações mínimas comprovadas em período de atuação conforme previsto neste Termo de Referência.

14.3.11. A CONTRATADA ficará responsável pela disponibilização e fornecimento de ferramentas, veículos, EPI's, materiais e insumos necessários para perfeita execução dos serviços e da manutenção dos equipamentos/sistemas, de forma a garantir cumprimento total do escopo do contrato, sendo a DPE/PR desobrigada de fornecer qualquer espécie de equipamento de segurança.

14.3.12. A CONTRATADA deve dispor, ainda, de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's), como conjunto de aterramento provisório e estrados isolantes, que devem ser empregados em conjunto com os EPI's.

14.3.13. Estão incluídos no preço dos serviços de manutenção todos os materiais de consumo e insumos necessários à execução das atividades de manutenção descritas no Apêndice I, não sendo objeto de reembolso itens como graxas, solventes, estopas, materiais de limpeza, entre outros.

#### 14.4. Disposições sobre os profissionais



**DPE PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

14.4.1. A equipe técnica da CONTRATADA alocada para a execução dos serviços deverá ser composta por profissionais qualificados, habilitados, capacitados e autorizados, conforme as definições da NR-10. Todos os profissionais que intervierem em instalações de média tensão deverão possuir certificação válida e atualizada para os cursos 'NR-10 Básico' e 'NR-10 Complementar - Sistema Elétrico de Potência (SEP).

14.4.2. Os serviços deverão ser supervisionados por Engenheiro Eletricista ou Técnico em Eletrotécnica, em linha com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), devidamente recolhida de forma individual para a subestação analisada.

#### **14.5. Peças de reposição**

14.5.1. A fim de fazer frente às necessidades de substituição de peças e equipamentos defeituosos ou com vida útil esgotada nas subestações, foi estimada uma utilização anual que a CONTRATADA deverá fornecer de peças em reposição, caso se fizer necessário, com valor anual de até R\$95.038,17 (noventa e cinco mil, trinta e oito reais e dezessete centavos) para a DPE/PR.

14.5.1.1. Esse valor destina-se a substituição de peças e equipamentos defeituosos ou com vida útil esgotada e não é item de disputa para contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos.

14.5.1.2. Os custos dos serviços que envolvem substituição de peças ou equipamentos, adquiridos mediante aprovação de orçamento pela DPE-PR, já estão incluídos no valor da respectiva manutenção, sendo vedada a cobrança adicional, uma vez que a cobertura contratual já abrange os valores correspondentes a cada tipo de manutenção.

14.5.1.3. O reembolso do valor das peças, será feito pela CONTRATANTE seguindo o procedimento e orientações descritas a seguir:

14.5.1.3.1. A substituição ocorrerá sempre que as peças indicadas forem imprescindíveis à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

14.5.1.3.2. Detectada a necessidade de substituição de alguma peça, a CONTRATADA deverá apresentar, em até 2 dias, no mínimo 3 (três) orçamentos obtidos junto a fornecedores distintos para comprovar a razoabilidade dos valores apresentados.

14.5.1.3.3. Somente serão aceitos menos de 3 (três) orçamentos mediante justificativa.



14.5.1.3.4. A fiscalização do contrato analisará os orçamentos apresentados, verificando se os valores estão compatíveis com o mercado por meio de pesquisa própria ou outras bases de referência disponíveis.

14.5.1.3.5. Caso sejam identificados indícios de sobrepreço ou incompatibilidade com os valores usualmente praticados, a CONTRATADA poderá ser solicitada a apresentar novos orçamentos ou justificativas adicionais.

14.5.1.3.6. Caso os orçamentos sejam considerados compatíveis com o mercado, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura autorizará a aquisição pela CONTRATADA.

14.5.1.3.7. A aquisição das peças e encerramento dos serviços deverá ocorrer em até 2 dias da autorização da compra por parte da DPE/PR.

14.5.1.3.8. O pagamento será realizado a título de reembolso, de forma mensal, em conjunto com a fatura do mês de referência, e terá como base o menor valor dos 3 (três) orçamentos apresentados.

14.5.1.4. A CONTRATADA não poderá recusar a execução do serviço ou fornecimento do insumo caso o valor estabelecido esteja dentro do preço médio de mercado identificado, sendo vedada a imposição de valores superiores aos praticados no setor.

14.5.1.5. Especificamente quanto à reposição dos transformadores e disjuntores gerais, a CONTRATADA ficará responsável por disponibilizar, no menor prazo factível, a título de empréstimo não oneroso, tais equipamentos à CONTRATANTE a fim de não comprometer a continuidade dos serviços da DPE/PR.

14.5.1.6. A efetiva instalação de peças, componentes ou acessórios nos equipamentos somente poderá ser efetuada mediante autorização por escrito (ou e-mail) do CONTRATANTE.

14.5.1.7. As peças, componentes e acessórios danificados deverão ser substituídos por peças novas, originais e genuínas, de mesma especificação, de modo a não acarretar alterações no funcionamento dos equipamentos, e, também, na integração destes com outros, de acordo com os projetos originais, do mesmo modelo, marca; sendo que as substituídas deverão ser entregues ao funcionário do CONTRATANTE responsável pela fiscalização dos serviços para a devida prestação de contas.

14.5.1.8. As peças substituídas deverão possuir garantia de no mínimo 90 dias, contada da data de instalação.



**DPE PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

14.5.1.9. Na falta de peça de mesma especificação no mercado, será admitida sua substituição por outra de especificação equivalente e que não altere o funcionamento original do equipamento, sendo que tal ocorrência deverá ser previamente autorizada pela fiscalização contratual.

14.5.1.10. Conclusos os reparos, a CONTRATADA deverá fornecer à DPE/PR relatório detalhado do fato que ensejou a correção, dos possíveis motivos da pane, os equipamentos e peças que foram substituídos e sugestões para que o problema não aconteça novamente.

14.5.1.11. A CONTRATADA será responsabilizada por falhas em equipamentos que comprovadamente decorram de negligência, imprudência ou imperícia na execução dos serviços de manutenção preventiva. Caso um defeito seja atribuível a uma omissão ou erro de diagnóstico em relatório anterior, os custos de reparo (mão de obra e peças) serão de responsabilidade integral da CONTRATADA, sem ônus para a Defensoria

14.5.1.12. Caso ocorra nexo de causalidade, a CONTRATADA deverá emitir relatório demonstrando a quantidade acumulada de problemas, de causa semelhante, que ocorreu no mesmo equipamento dentro do ano vigente.

#### **14.6. Materiais a serem disponibilizados (Ferramental, EPIs e Suporte Logístico)**

##### **14.6.1. Ferramental básico e auxiliar**

14.6.1.1. A contratada deverá disponibilizar, no mínimo: jogo de chaves de fenda, Phillips e Allen; soquetes com catraca; chave inglesa; alicates universal, de corte e crimpador; decapador de fios; estilete; torquímetro; terminais e insumos elétricos usuais; materiais de limpeza técnica; identificadores/etiquetas para cabos e pontos de medição; escada adequada ao ambiente interno.

##### **14.6.2. Instrumentação de medição e testes elétricos**

14.6.2.1. Multímetro TRMS e alicate amperímetro;

14.6.2.2. Termovisor com registro de imagens;

14.6.2.3. Megômetro 1 kV ou 2,5 kV para ensaios de resistência de isolamento;

14.6.2.4. Terrômetro (tipo alicate e/ou método por queda de potencial) para verificação da malha de terra, conforme projeto, normas aplicáveis e requisitos da concessionária;

14.6.2.5. Maleta de injeção secundária para testes do relé 50/51/50N/51N (verificação de pick-up e tempos, inclusive ajuste de 44 A);



**DPE PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

14.6.2.6. Registrador/medidor de qualidade de energia compatível com o multimedidor (RS-485), com software para leitura e emissão de relatórios;

14.6.2.7. Equipamento para ensaio de relação de transformação (TTR) quando das manutenções programadas.

14.6.2.8. Todos os equipamentos de medição e ensaio utilizados pela CONTRATADA deverão possuir Certificado de Calibração válido, emitido por laboratório pertencente à Rede Brasileira de Calibração (RBC) ou com rastreabilidade comprovada.

14.6.2.8.1. Cópias dos certificados deverão ser apresentadas à Fiscalização sempre que solicitado e, obrigatoriamente, anexadas ao Laudo Técnico da manutenção anual.

#### 14.6.3. **Manobra e segurança em média tensão**

14.6.3.1. Vara de manobra classe II (20 kV) para operação das seccionadoras sob carga; conjunto de bloqueio e etiquetagem (LOTO) com travas/cadeados e etiquetas; tapete isolante classe II; barreiras e sinalização de área.

#### 14.6.4. **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs)**

14.6.4.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os EPIs e EPCs necessários, garantindo que possuam o devido Certificado de Aprovação (CA) e estejam em perfeitas condições de uso.

14.6.4.2. A equipe deverá utilizar, no mínimo: capacete de segurança classe B, protetor facial contra arco elétrico, óculos de segurança, luvas isolantes classe 2 com sobreluvas de proteção, botas de segurança dielétricas e vestimenta de proteção contra os efeitos térmicos do arco elétrico e fogo repentino (ATPv categoria 2 ou superior, conforme ABNT NBR 16384).

14.6.4.3. Também deverão ser utilizados EPCs como mantas e tapetes isolantes, barreiras de sinalização e conjunto de bloqueio e etiquetagem (LOTO).

#### 14.6.5. **Suporte logístico e registros**

14.6.5.1. Informática e relatórios: computador/notebook e softwares necessários para leitura do multimedidor, consolidação das medições e emissão de relatórios mensais e anuais do Plano de Manutenção da Subestação, com anexos de imagens termográficas e históricos de parâmetros.

14.6.5.2. Comunicação e evidências: meio de comunicação eficaz durante as atividades (rádio ou telefone corporativo) e dispositivo para registro fotográfico técnico.

14.6.5.3. Veículo: veículo leve para deslocamento da equipe e transporte do ferramental. Sempre que necessário à execução de serviços extraordinários (ex.: movimentação de transformador), a





**DPE** **PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

---

contratada deverá mobilizar os equipamentos de içamento adequados, mediante plano específico de segurança, ART e autorização da fiscalização.



**DPE PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações

---

## APÊNDICE II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

### Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

#### TERMO DE VISTORIA

#### MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

(marcar uma das opções abaixo com um "x" e preencher os dados na mesma):

☐

Declaro, como representante da empresa \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ \_\_\_\_\_, que realizamos visita técnica ao local dos serviços referentes a MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE ENERGIA, na data de \_\_\_\_\_, ficando cientes de todos os detalhes do imóvel no objeto de nossa proposta.

☐

Declaro, como representante da empresa \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ \_\_\_\_\_, que optamos pela não realização de vistoria técnica ao local dos serviços referentes a MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE ENERGIA e, desta forma, nos responsabilizamos pela ciência das especificações e condições para execução dos referidos serviços, bem como pela sua completa execução.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

#### ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

NOME:

CREA/CFT n°:

---

(somente para o caso de realização de vistoria técnica presencial)

#### ASSINATURA DO SERVIDOR DA DPE/PR

NOME:

RG:



### APÊNDICE III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

Considerando o contexto da presente contratação, verificou-se a necessidade de criação de Instrumento de Medição de Resultados que contemple aspectos diretamente relacionados à execução contratual, tais como o atendimento a chamados emergenciais, a observância do cronograma de manutenção preventiva, a entrega tempestiva de relatórios técnicos obrigatórios, a qualidade técnica dos serviços executados, o cumprimento das exigências de segurança do trabalho e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos decorrentes da manutenção.

Desse modo, os resultados serão medidos observando os critérios abaixo assinalados.

ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Atraso no atendimento a chamados emergenciais de manutenção corretiva	2	Por cada hora de atraso
2	Atraso na execução da manutenção preventiva programada.	1	Por cada dia de atraso em relação ao cronograma aprovado.
3	Não entrega ou entrega fora do prazo dos relatórios técnicos obrigatórios (ART, ensaios, análise de óleo, inspeções termográficas).	1	Por relatório não entregue ou entregue com atraso.
4	Falha na qualidade técnica da manutenção preventiva (não conformidade identificada e solucionada dentro do prazo).	1	Por falha identificada e posteriormente solucionada.
5	Falha na qualidade técnica da manutenção preventiva (não conformidade não solucionada no prazo).	3	Por falha identificada e não solucionada.
6	Descumprimento das exigências de segurança do trabalho (ausência de Análise Preliminar de Risco aprovada, falta de EPI ou EPC adequados).	5	Por ocorrência registrada em fiscalização contratual.



7	Destinação inadequada de resíduos (óleos isolantes, materiais contaminados, peças substituídas).	5	Por ocorrência sem comprovação de destinação ambientalmente correta.
---	--	---	--

Pelo descumprimento dos critérios, a DPE/PR realizará os descontos de acordo com o somatório de pontuação das ocorrências, conforme quadro abaixo.

AFERIÇÃO	
Grau de infração	Correspondência
Pontos acumulados	Liberação da nota fiscal
Até 5 pontos	Liberação 100% + NOTIFICAÇÃO
De 6 a 10 pontos	Liberação de 95% do valor da nota fiscal
De 11 a 15 pontos	Liberação de 90% do valor da nota fiscal
De 16 a 20 pontos	Liberação de 85% do valor da nota fiscal
De 21 a 25 pontos	Liberação de 80% do valor da nota fiscal
De 26 a 30 pontos	Liberação de 75% do valor da nota fiscal
Acima de 30 pontos	Liberação de 70% do valor da nota fiscal



## APÊNDICE IV - DIAGRAMA UNIFILAR GERAL / PLANTA SS1

### APÊNDICE V – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO FUTURA

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, que contratará o(s) profissional(is) abaixo relacionado(s), para fins de cumprimento dos requisitos de qualificação exigidos na licitação nº \_\_\_\_\_, modalidade Pregão Eletrônico, para Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva na subestação abrigada de 13,8 kV / 220-127 V, com potência instalada de 500 kVA, na Sede administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná, localizado na Rua João Gualberto, nº 717, Alto da Glória, Curitiba-PR.

NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL	TÍTULO PROFISSIONAL	NÚMERO DO REGISTRO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE	ÁREA DE ATUAÇÃO	RELAÇÃO PROFISSIONAL

O licitante que optar por apresentar, na fase de habilitação, esta **declaração de compromisso de contratação futura de responsável técnico**, para fins de comprovação da qualificação técnica exigida, **deverá comprovar o vínculo** entre o profissional técnico especializado e a empresa contratada por ocasião da assinatura do contrato, mediante apresentação de contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou outro instrumento jurídico idôneo.

**Ciente e de acordo com os termos,**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da Empresa e do Responsável Legal

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do(s) profissional(is)

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL****À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 90008/2026**

Razão Social da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Email:
Banco, agência e conta para pagamento:

Nome do Representante:
RG:
CPF:

Grupo 01	Participação geral					
	Benefícios LC 123/2006			Sim ( ) Não ( )		
Item	Quant.	Unidade de Medida	CATSER	Especificações	Valor Unitário (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
1	11	Mensal	4871	Manutenção preventiva mensal para diagnósticos e análise, sem desligamento de energia, de possíveis problemas futuros que possam ocasionar interrupção de fornecimento de energia (valor mensal).	R\$	R\$
2	01	Anual	4871	Manutenção preventiva programada anual para correções necessárias levantadas na etapa de manutenção preventiva que dependem de interrupção no fornecimento de energia (valor anual).	R\$	R\$
3	12	por chamado	4871	Manutenção corretiva para restabelecimento do fornecimento de energia às instalações no caso de falha em alguma das cabines primárias (valor por	R\$	R\$

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026 – SEI n.º 25.0.000008706-0**

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

				chamado).		
4	01	Verba anual	4871	Eventuais aquisições de peças e equipamentos para fins de substituição, reposição ou formação de estoque, mediante autorização da Contratante. (Reembolso).*	R\$95.038,17	R\$95.038,17
VALOR GLOBAL DO GRUPO 01					R\$	
(considera-se como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este grupo)						

\*Valor fixo, não será objeto de disputa pelos licitantes.

**Somente para ME ou EPP regulamentada pela Lei Complementar nº 123/06**

Em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, <b>declaro que:</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<b>NÃO CELEBRAMOS</b> contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.	<b>CELEBRAMOS</b> contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- c) Esta empresa proponente atesta o atendimento das exigências técnicas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026 – SEI n.º 25.0.000008706-0





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

c) O prazo de validade da presente proposta será de 90 dias a partir da data da sessão de abertura do pregão eletrônico.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

*Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380*

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026 – SEI n.º 25.0.000008706-0**

**ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

Processo nº [XXXXXX]

**Nota explicativa:** Verificar se a empresa adjudicatária, na ocasião da apresentação das propostas, comprovou o vínculo com o(s) Responsável(is) Técnico(s) (Item 4.7 do TR). Na hipótese de ter sido apresentada Declaração de Contratação Futura (Item 4.8 e Apêndice V do TR), solicitar a comprovação de que o indicado como Responsável Técnico pertence ao quadro permanente da empresa, na forma estabelecida no Item 4.7 do TR.

**CONTRATO Nº [XXX/aaaa]**

(V2. 19/01/2026)

Termo de Contrato que celebram entre si a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA] para prestação de serviços de manutenção da subestação abrigada da Sede Administrativa da DPE-PR.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR), órgão público estadual independente, CNPJ nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1.908, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-010, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº \*\*\*.178.388-\*\*, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.644, de 22/04/2024, e

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], CNPJ nº [XXXXXX], sediada na [Rua/Avenida XXXXXX], nº [XXX], bairro [XXXXXX], [Cidade]-[UF], CEP [XXXXXX], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por [NOME COMPLETO], CPF nº \*\*\*.XXX.XXX-\*\*, conforme [ato constitutivo da empresa OU procuração apresentada nos autos],

**RESOLVEM** celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente [da homologação do/a [PE OU DL] nº XXX/aaaa OU do acionamento da ARP nº XXX/aaaa (PE OU DL nº XXX/aaaa)] (Processo nº [XXXXXX]), em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021<sup>1</sup> e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e as condições adiante expostas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO**

<sup>1</sup> Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



1.1. Este Termo de Contrato está vinculado, **independentemente de transcrição**, ao Instrumento Convocatório e ao Termo de Referência/Projeto Básico, inclusive seus eventuais anexos, bem como à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, os quais integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo deste instrumento contratual.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva na subestação abrigada de 13,8 kV/220-127 V, com potência instalada de 500 kVA, da Sede Administrativa da DPE-PR**, conforme discriminado na tabela a seguir:

GRUPO 1					
IT E M	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁX. ESTIMADO
1	Manutenção preventiva com programação mensal para diagnósticos e análise, sem desligamento de energia, de possíveis problemas futuros que possam ocasionar interrupção de fornecimento de energia.	Unidade/Manutenção	11	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
2	Manutenção preventiva com programação anual para correções necessárias levantadas na etapa de manutenção preventiva que dependem de interrupção no fornecimento de energia.	Unidade/Manutenção	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
3	Manutenção corretiva para restabelecimento do fornecimento de energia às instalações no caso de falha em alguma das cabines primárias.	Unidade/Manutenção	12	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
4	Verba anual destinada a reembolso de custos decorrentes de eventuais aquisições de peças e equipamentos para fins de substituição, reposição ou formação de estoque, mediante autorização da CONTRATANTE <sup>[Nota 1]</sup> .	Reais (R\$)	---	---	R\$ 95.038,17
VALOR MÁXIMO ESTIMADO:					R\$ [XXX]

**Nota 1:** O Item 4 não apresenta especificação quantitativa nem valor unitário nesta tabela em razão de sua natureza estimativa, variável e/ou imprevisível, com custos condicionados à demanda efetiva durante a vigência contratual, a depender da necessidade de substituição/reposição de materiais e formação de estoque. Os valores e as quantidades estão vinculados a orçamentos previamente aprovados pela CONTRATANTE, observada a disciplina estabelecida no Termo de Referência vinculado a esta contratação.

2.2. O escopo do objeto deste Termo de Contrato abrange os seguintes serviços, sem prejuízo da execução de ações correlatas e eventualmente não elencadas, mas essenciais à plena execução contratual:



2.2.1. **Manutenção preventiva:** inspeções técnicas mensais, limpeza de componentes, reaperto de conexões e medições de rotina.

2.2.2. **Manutenção preditiva:** ensaios elétricos anuais (tais como resistência de isolamento, resistência ôhmica dos enrolamentos, relação de transformação) e inspeção termográfica completa da subestação.

2.2.3. **Manutenção corretiva:** atendimento emergencial 24 × 7 e reparos programados para correção de falhas e anomalias, com fornecimento de peças e materiais.

2.2.4. Emissão de relatórios técnicos, laudos e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelo serviço, em conformidade com as especificações do Termo de Referência desta contratação.

2.3. A CONTRATADA deverá observar todos os requisitos, as especificações técnicas e as condições estabelecidas no presente instrumento e nos demais documentos a ele vinculados, especialmente no Termo de Referência desta contratação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de **12 (doze) meses**, excluído o dia do termo final, contados da data de publicação do extrato deste contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DED)<sup>2</sup>, prorrogável na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A prorrogação de que trata a Cláusula 3.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

4.1. O regime de execução do objeto contratual será de **empreitada por preço unitário**.

4.2. A execução contratual terá início na data em que se inicia a vigência contratual, nos termos da Cláusula 3.1.

4.3. Os prazos e as diretrizes aplicáveis à execução contratual estão previstos no Termo de Referência, devendo ser observados pelas Partes, sem prejuízo do cumprimento das disposições deste contrato e dos demais documentos a ele vinculados.

---

<sup>2</sup> Instituído pela Lei Estadual (PR) nº 20.927/2021, o DED é o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos administrativos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.



4.4. A execução do objeto deste Termo de Contrato não implica, em qualquer hipótese, a formação de vínculo empregatício entre os empregados, prepostos ou subcontratados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, sendo expressamente vedada qualquer relação que possa caracterizar pessoalidade, habitualidade, subordinação ou dependência direta com a CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. É **vedada** a subcontratação do objeto, sendo permitida, em **caráter excepcional**, apenas quando expressamente autorizada pela CONTRATANTE e desde que necessária, comprovadamente, a atuação de empresa especializada ou do fabricante para a manutenção de determinado equipamento ou peça.

5.2. É vedada a subcontratação total do objeto desta contratação.

5.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da(s) subcontratada(s), bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.5. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a(s) subcontratada(s) cumpre(m) os requisitos necessários para a execução do objeto.

5.6. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

5.7. As partes devem observar a disciplina estabelecida no Termo de Referência desta contratação no que se refere ao procedimento para a autorização da subcontratação do objeto, aos requisitos para a execução contratual pela(s) subcontratada(s) e respectivo acompanhamento e fiscalização, bem como aos prazos e formas de pagamento referentes à(s) parcela(s) subcontratada(s).

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**



6.1. A gestão e a fiscalização deste contrato serão exercidas pela CONTRATANTE, que realizará o controle e a avaliação dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, conforme as disposições deste Termo de Contrato, incluindo seu Anexo I (Instrumento de Medição de Resultados), e dos demais documentos vinculados a esta contratação, observando-se, ainda, o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023<sup>3</sup> e em seu Anexo XII.

6.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão designados por ato administrativo próprio da CONTRATANTE – Gestor[a] titular: [XXXXXX] (CPF nº \*\*\*-XXX.XXX-\*\*); Gestor[a] substituto[a]: [XXXXXX] (CPF nº \*\*\*-XXX.XXX-\*\*); Fiscal titular: [XXXXXX] (CPF nº \*\*\*-XXX.XXX-\*\*); Fiscal substituto[a]: [XXXXXX] (CPF nº \*\*\*-XXX.XXX-\*\*).

6.3. A CONTRATADA deverá informar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de publicação do presente Termo de Contrato, **preposto** para representá-la (caso não seja a própria CONTRATADA) na execução e na gestão contratuais, contendo, no mínimo, nome completo, CPF, telefone e e-mail.

6.3.1. Em caso de alteração dos dados cadastrais, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE os dados atualizados para fins de registro, sob pena de serem considerados válidos os atos eventualmente praticados com base nas informações anteriormente fornecidas.

6.4. A CONTRATANTE poderá exercer, a qualquer tempo, fiscalização ampla e irrestrita sobre o objeto contratado, sem que isso implique qualquer exoneração, total ou parcial, da responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Contrato, tampouco caracterizando corresponsabilidade da CONTRATANTE por eventuais vícios, falhas ou omissões da CONTRATADA.

6.5. A CONTRATANTE realizará avaliação constante da execução contratual, com vistas ao monitoramento do nível de qualidade dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, a fim de prevenir sua deterioração e promover, sempre que necessário, a imediata intervenção para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades identificadas.

6.5.1. Verificado comportamento reiterado de desconformidade no fornecimento dos bens e/ou na prestação dos serviços, ou quando a qualidade observada estiver abaixo dos níveis mínimos exigidos, a CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as sanções previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente.

---

<sup>3</sup> Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.



6.5.2. É vedado à CONTRATADA realizar, formalizar ou apresentar avaliação de desempenho e qualidade relativa ao fornecimento dos bens e/ou à execução dos serviços por ela executados, sendo tal atribuição exclusiva da CONTRATANTE, conforme as disposições deste Termo de Contrato e da legislação vigente.

6.6. A CONTRATANTE promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas, nos termos do Anexo XII da Resolução DPG nº 375/2023.

6.7. Os fiscais da CONTRATANTE poderão emitir notificações formais à CONTRATADA, com requisição de correções, complementações ou esclarecimentos, sendo obrigatória a resposta ou adoção de providências cabíveis no prazo assinalado, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual.

6.8. A CONTRATADA deverá franquear aos fiscais e gestores designados o acesso irrestrito aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todos os documentos, relatórios e informações por estes solicitados, necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

6.9. A fiscalização e a gestão contratual exercidas pela CONTRATANTE não eximem a CONTRATADA de suas responsabilidades legais, contratuais, técnicas e operacionais, nem restringem a atuação de órgãos de controle interno e externo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Os prazos e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem observados pelas partes constam neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.

7.2. Para fins de recebimentos provisório e definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar o faturamento/nota fiscal em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

7.2.1. Para efeitos de faturamento e pagamento, a medição dos serviços será realizada mensalmente, cabendo à CONTRATADA emitir **faturamento único** correspondente ao total efetivamente executado no mês de referência, com a discriminação dos valores relativos aos **serviços de manutenção** e, quando houver, dos valores devidos a título de **reembolso** de custos com aquisição de peças e equipamentos.





7.3. O objeto será recebido **provisoriamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de recebimento da documentação de cobrança do respectivo mês de referência, acompanhada dos demais documentos exigidos no Termo de Referência para a conclusão de cada manutenção executada.

7.3.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, e salvo disposição em contrário neste Termo de Contrato ou nos demais documentos a ele vinculados, considerar-se-á definitivamente aceito, para todos os efeitos, o objeto contratual pela CONTRATANTE.

7.4. O objeto será recebido **definitivamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis** contados da data do recebimento provisório, não podendo esse prazo ser ultrapassado, salvo em situação excepcional expressamente comprovada.

7.4.1. O recebimento definitivo do objeto estará condicionado à comprovação, pela CONTRATADA, de cumprimento de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação da documentação de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que possibilitem à CONTRATANTE prestar as informações exigidas pelo fisco, conforme a legislação vigente.

7.5. Verificada, pela CONTRATANTE, inconsistência na execução do objeto, no documento de cobrança e/ou em eventual documentação complementar, o recebimento provisório ou definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

7.5.1. Caracterizada a hipótese prevista na Cláusula 7.5, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo para recebimento provisório ou definitivo será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

7.6. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

7.7. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

7.8. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução integral do objeto contratual relacionado a cada nota fiscal ou fatura emitida, sendo vedado o recebimento



fracionado de parcelas correspondentes ao mesmo documento de cobrança, salvo autorização expressa da CONTRATANTE, devidamente justificada.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO**

8.1. O **valor máximo estimado** do presente Termo de Contrato é de **R\$ [XXX] ([por extenso])**.

8.2. Nos valores indicados na Cláusula 8.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origens federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

8.3. Os valores expressos na Cláusula 8.1 têm caráter estimativo para todo o período de vigência deste Termo de Contrato, sendo os pagamentos devidos à CONTRATADA calculados com base nas quantidades efetivamente demandadas pela CONTRATANTE, executadas pela CONTRATADA e atestadas em termo de recebimento definitivo, o que constituirá a base para a aferição e liquidação das obrigações financeiras da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. Para as despesas decorrentes deste contrato, indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte Dotação Orçamentária: **[XXXXXX]**, Detalhamento: **[XXXXXX]**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO**

10.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em favor da CONTRATADA em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento definitivo do objeto.

10.1.1. A liberação do(s) pagamento(s) à CONTRATADA fica condicionada à apresentação da documentação de cobrança, acompanhada das demais documentações exigidas no Termo de Referência vinculado a esta contratação, bem como ao recebimento definitivo do objeto.

10.1.2. A liberação dos valores relativos ao **reembolso** de custos decorrentes de eventuais aquisições de peças e equipamentos para substituição, reposição ou formação de estoque (Item 4 da Tabela da Cláusula 2.1) ficará condicionada à apresentação, pela



CONTRATADA, de documentação de cobrança compatível com o orçamento previamente aprovado e autorizado pela CONTRATANTE, nos termos do procedimento estabelecido no Termo de Referência.

10.1.3. Os pagamentos devidos serão calculados e efetuados com base na aferição realizada por meio do **Instrumento de Medição de Resultados (Anexo I)**, aplicando-se, quando for o caso, os percentuais de liberação de valor correspondentes à pontuação das infrações apuradas.

10.2. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a última data prevista para pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, desconsiderado o critério *pro rata die*, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

10.4. A CONTRATANTE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos por lei.

10.4.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

##### **12.I. DO REAJUSTE POR ÍNDICE**

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.



12.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE, considerando a data-base: **[dd/mmm.]**, mediante a aplicação da variação do **Índice Nacional de Custo da Construção (INCC)** acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

12.2.1. Os valores resultantes de reajuste somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cujo fornecimento ou prestação se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

12.3. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros do reajuste, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião do reajuste, visando evitar acumulação injustificada de valores.

12.4. O reajuste será concedido pela CONTRATANTE mediante apostilamento preferencialmente em até **90 (noventa) dias** após a constituição do direito.

12.5. O primeiro reajuste terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 12.1, qual seja, **[dd/mm/aaaa]**.

12.6. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, a CONTRATANTE observará o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado.

## **12.II. DA REVISÃO**

12.7. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

12.8. A revisão dos preços originalmente contratados estará condicionada à demonstração inequívoca de desequilíbrio econômico-financeiro superveniente, mediante apresentação de documentação comprobatória idônea, devidamente analisada pelos setores técnico e jurídico competentes, e sujeita à aprovação da autoridade competente, observando-se, ainda:

12.8.1. a existência de reajustes e/ou repactuações anteriormente implementados no contrato, com vistas a evitar duplicidade de compensações ou acúmulo indevido de valores;

12.8.2. o limite máximo de quatro casas decimais nos valores resultantes da revisão.



12.9. A revisão contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

12.9.1. O requerimento de que trata a Cláusula 12.9, devidamente instruído, deverá ser endereçado à Defensoria Pública do Estado do Paraná e encaminhado, via e-mail, à Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

12.9.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após o envio, pela CONTRATANTE, de confirmação de recebimento, cabendo à CONTRATADA solicitar tal confirmação, caso entenda necessário.

12.10 A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do recebimento, nos termos da Cláusula 12.9.2.

12.10.1. Constatada a necessidade de complementação da documentação que instrui o pedido de revisão contratual, a CONTRATANTE comunicará formalmente tal necessidade à CONTRATADA, e o prazo previsto na Cláusula 12.10 será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, assumindo como de sua exclusiva responsabilidade os riscos e os encargos decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

13.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor<sup>4</sup> e das demais disposições constantes no Termo de Referência desta contratação.

13.1.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução contratual, não se eximindo dessa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento da execução contratual realizados pela CONTRATANTE, a qual, desde já, fica autorizada a descontar dos pagamentos devidos,

---

<sup>4</sup> Lei nº 8.078/1990.



ou de eventual garantia prestada – quando exigida –, os valores correspondentes aos prejuízos apurados.

13.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto que apresente vícios, defeitos, avarias ou incorreções oriundos da execução contratual ou dos materiais empregados.

13.1.4. Arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos indicados em sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis oriundos de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los quando insuficientes para o atendimento adequado do objeto, exceto nos casos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.5. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.1.6. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade executada em desacordo com a técnica adequada ou que represente risco à segurança de pessoas ou bens.

13.1.7. Submeter previamente à CONTRATANTE, por escrito, para fins de análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que se afastem das especificações constantes no memorial descritivo ou documento congênere.

13.1.8. Executar o objeto com estrita observância à legislação vigente, cumprindo as determinações dos órgãos públicos competentes e mantendo o local de execução limpo, seguro, higiênico e disciplinado.

13.1.9. Cumprir, além da legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal, as normas de segurança e conduta eventualmente estabelecidas pela CONTRATANTE PARA suas dependências.

13.1.10. Alocar os profissionais necessários, devidamente qualificados e habilitados, ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios compatíveis, em quantidade, qualidade e tecnologia, com as exigências técnicas, legais e contratuais.

13.1.11. Responsabilizar-se integralmente pelo adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais, tributárias, fiscais e comerciais previstas em legislação vigente, sendo vedada a transferência de responsabilidade à CONTRATANTE



e não podendo a inadimplência dessas obrigações resultar em qualquer ônus, prejuízo ou acréscimo de custos ao objeto contratual.

13.1.12. Observar a proibição legal de utilização de mão de obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, sendo vedado, ainda, o trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

13.1.13. Cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências legais de reserva de cargos destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, em observância ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021, bem como as reservas de cargos previstas na Lei Estadual (PR) nº 16.938/2011<sup>5</sup>, na Lei Estadual (PR) nº 18.712/2016<sup>6</sup> e Lei Estadual (PR) nº 21.926/2024<sup>7</sup>.

13.1.14. Manter o sigilo sobre todas as informações obtidas em razão da execução contratual.

13.1.15. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018<sup>8</sup> e à Resolução DPG nº 607/2025<sup>9</sup>, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

13.1.16. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições exigidas para habilitação no processo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

13.1.17. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de modo formal e fundamentado, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos pactuados, apresentando a respectiva comprovação documental.

13.1.18. Atender, nas condições e nos prazos fixados, aos requerimentos e às determinações da CONTRATANTE relacionados à adequada gestão do contrato, inclusive

---

<sup>5</sup> Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

<sup>6</sup> Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

<sup>7</sup> Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Em especial, vide: Seção II – Da Reserva de Vagas de Emprego em Empresas Licitantes Junto ao Poder Público Estadual

<sup>8</sup> Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

<sup>9</sup> Institui a Política de Privacidade e Proteção de Dados da Defensoria Pública do Estado do Paraná.





quanto à instrução de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou de prorrogação contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

14.1.1. Exigir o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

14.1.2. Receber o objeto contratual nos prazos e nas condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

14.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quanto à existência de vícios, defeitos incorreções, falhas ou irregularidades na execução do objeto contratual, fixando prazo para substituição, reparo ou correção, total ou parcial, às expensas da CONTRATADA, assegurando-se de que as soluções adotadas sejam tecnicamente adequadas.

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

14.1.5. Efetuar, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, o pagamento correspondente à execução do objeto contratual.

14.1.6. Analisar e decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou desprovidos de interesse para a adequada execução contratual.

14.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis pela inexecução total ou parcial deste Termo de Contrato, conforme previsto na legislação e nas normativas vigentes.

14.1.8. Notificar, quando cabível, os emitentes das garantias sobre a instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



14.1.9. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018<sup>10</sup> e à Resolução DPG nº 607/2025<sup>11</sup>, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

14.2. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, tampouco por eventuais danos causados a terceiros decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA, por seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

15.1. Quando, em razão da execução contratual, houver tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA – seja porque receba dados da CONTRATANTE, seja porque realiza tratamento em nome desta –, aplicar-se-ão integralmente as obrigações previstas na íntegra desta Cláusula Décima Quinta.

15.2. A CONTRATADA, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que, por sua determinação, participem da execução do objeto deste ajuste, na qualidade de operadora de dados, compromete-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiver acesso durante a vigência contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – e demais normas regulatórias aplicáveis, incluindo aquelas emanadas pela Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e os atos normativos internos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

15.3. É vedada à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência desta execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto deste Contrato, nos termos da LGPD.

15.4. O presente ajuste não modifica ou transfere a propriedade ou o controle sobre os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados durante a execução deste Contrato, que permanecerão sendo de propriedade de seu proprietário originário.

15.5. A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução presente Contrato, em consonância com o disposto na LGPD,

<sup>10</sup> Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

<sup>11</sup> Institui a Política de Privacidade e Proteção de Dados da Defensoria Pública do Estado do Paraná.



sendo vedado o compartilhamento das informações com outros órgãos, pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou quando admitida subcontratação.

15.6. A CONTRATADA compromete-se a assegurar que o acesso aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na estrita medida do necessário para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

15.7. A CONTRATADA compromete-se a manter registro de todas as operações de tratamento realizadas em decorrência deste Contrato, de acordo com o art. 37 da LGPD.

15.8. A CONTRATADA compromete-se, mediante solicitação da CONTRATANTE, a franquear o acesso a documentos e registros necessários para verificação das obrigações previstas nesta Cláusula Décima Quinta.

15.9. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados, garantindo também, quando cabível, a rastreabilidade de prova eletrônica a qualquer tempo, observando o art. 46 da LGPD e as boas práticas recomendadas pela ANPD.

15.10. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, os requerimentos formulados por titulares, com fulcro no art. 18 e seguintes da LGPD, serão respondidos pela CONTRATANTE, exceto em caso de autorização expressa conferida à CONTRATADA.

15.11. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, a CONTRATADA, ao receber requerimento de um titular, com fulcro no art. 18 e seguintes da LGPD, deve:

15.11.1. notificar, por escrito, a CONTRATANTE no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**;

15.11.2. auxiliar, quando necessário e mediante requerimento da CONTRATANTE, na elaboração da resposta – prestando as informações necessárias para tanto – e na adoção das providências cabíveis.



15.12. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE imediatamente quando tiver notícia de qualquer indício de incidente de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, endereçando e-mail ou processo administrativo próprio.

15.13. A comunicação de eventual indício de incidente de segurança à CONTRATANTE deve ser acompanhada de informações suficientes para investigação, mitigação, reparação dos danos e comunicação à ANPD, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

15.13.1. descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

15.13.2. informações conhecidas sobre os titulares eventualmente envolvidos;

15.13.3. indicação das medidas de segurança, técnicas e administrativas utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

15.13.4. avaliação dos riscos relacionados ao incidente;

15.13.5. justificativa da eventual demora na comunicação, caso não tenha sido imediata;

15.13.6. medidas adotadas ou planejadas para conter, reverter ou mitigar os efeitos do evento e prevenir novas ocorrências.

15.14. A comunicação de eventual incidente de segurança à ANPD e aos titulares de dados pessoais será realizada pela CONTRATANTE, enquanto entidade controladora.

15.15. A CONTRATADA deverá adotar medidas de investigação, mitigação e reparação dos danos decorrentes de incidentes de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato.

15.16. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, por escrito, sobre qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo, mas não se limitando à ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto deste Contrato e deverão cooperar com a CONTRATANTE na adoção das providências cabíveis.

15.17. Eventual subcontratação, quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações pela Subcontratada.

15.18. Havendo subcontratação, a CONTRATADA celebrará um contrato por escrito com cada Subcontratada para estabelecer obrigações referentes ao tratamento dos dados pessoais que forneçam, ao menos, o mesmo nível de proteção em relação à garantida no presente Contrato, no que couber.



15.19. Havendo subcontratação, a eventual Subcontratada exercerá a função de Suboperadora e seus atos e omissões também serão de responsabilidade solidária da CONTRATADA.

15.20. É vedada a transferência internacional dos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE e a prévia demonstração do respeito à legislação de proteção de dados ou privacidade do(s) país(es) aplicável(is).

15.21. A CONTRATADA compromete-se a armazenar os dados pessoais compartilhados por força da execução deste Contrato apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e/ou em conformidade com hipóteses legais que autorizam o tratamento.

15.22. Nas hipóteses de extinção contratual, a CONTRATADA se compromete, por qualquer motivo ou por solicitação da CONTRATANTE, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, salvo se houver base legal válida e específica para manutenção de determinadas informações.

15.23. No caso de identificação da necessidade de manutenção de dados pessoais, após o término da finalidade ou a extinção contratual, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito e de modo justificado, a necessidade de manutenção dos dados, indicando:

15.23.1. a base legal que autoriza a manutenção (conforme art. 7º ou art. 11 da LGPD);

15.23.2. a finalidade específica para a qual os dados serão mantidos;

15.23.3. o prazo de retenção.

15.24. Após o término do prazo de retenção dos dados pessoais, a CONTRATADA compromete-se a descartá-los de modo seguro, utilizando métodos que impeçam sua recuperação, tais como destruição física ou sobrescrita de mídias digitais, fornecendo à CONTRATANTE, sempre que solicitado, comprovação da eliminação ou anonimização dos dados pessoais, conforme o caso.

15.25. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos decorrentes do descumprimento da LGPD e outras normas legais ou regulamentares relacionadas ao direito à proteção de dados pessoais.

15.26. A CONTRATADA deverá reembolsar à CONTRATANTE os custos incorridos pela CONTRATANTE para resposta, minimização ou reparação de eventuais incidentes de segurança que tenham como causa a violação das obrigações decorrentes deste Contrato ou da LGPD.



15.27. Ressalvadas as informações classificadas como sigilosas, as Partes comprometem-se a garantir transparência sobre a realização do tratamento de dados pessoais compartilhados por força deste ajuste, devendo dar publicidade ao Contrato em sítio eletrônico e no Portal de Transparência, nos termos da Lei nº 12.527/2011<sup>12</sup>.

15.28. CONTRATANTE e CONTRATADA comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento de suas obrigações de acordo com a LGPD.

15.29. Caso a execução deste Contrato não envolva coleta e tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA além daqueles estritamente necessários à formalização e emissão de documentos essenciais à contratação, as obrigações específicas previstas nesta Cláusula Décima Quinta serão aplicadas naquilo que couber, devendo a CONTRATADA restringir-se aos dados indispensáveis e assegurar integral conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

16.1. As eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas da Lei nº 14.133/2021, da Resolução DPG nº 375/2023 e de seu Anexo XIII.

16.2. O objeto da contratação poderá ser alterado pela CONTRATANTE, independentemente de anuência da CONTRATADA, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

16.2.1. As eventuais supressões que ultrapassarem o limite referido na Cláusula 16.2 poderão ser celebradas mediante acordo entre as partes contratantes.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e do art.76 da Resolução DPG nº 375/2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

<sup>12</sup> Lei de Acesso à Informação (LAI).



17.1. A CONTRATADA que incorrer em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Deliberação CSDP nº 043/2023<sup>13</sup>, bem como nas disposições deste Termo de Contrato e dos demais documentos a ele vinculados, sem prejuízo das consequências em outras esferas legais.

17.2. A sanção de **advertência** será aplicada quando configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 18<sup>14</sup> da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.3. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e desde que configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 19<sup>15</sup> da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.4. Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá, a depender da gravidade, a aplicação de sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do § 1º do art. 19<sup>16</sup> da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.5. A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas nos arts. 18 e 19 da Deliberação CSDP nº 043/2023, e não poderá ser inferior a **0,5% (meio por cento)** nem superior a **30% (vinte por cento)** do valor total do contrato ou ata de registro de preços.

---

<sup>13</sup> Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

<sup>14</sup> “Art. 18. [...] I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; III – em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação”

<sup>15</sup> “Art. 19. [...] I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; II - der causa à inexecução total do contrato; III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; X - afastar ou tentar afastar outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; XIII - recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.”

<sup>16</sup> “Art. 19. [...] §1º Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar caberá, a depender da gravidade, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.”





17.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa moratória** calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

17.6.1. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a CONTRATANTE poderá converter a multa de mora em multa compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

17.7. As multas compensatória e moratória podem ser aplicadas à CONTRATADA de maneira isolada ou cumulativa com outras sanções previstas na legislação vigente, independentemente do número de infrações cometidas.

17.8. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da CONTRATADA de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

17.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.10. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais sistemas competentes de registro de sanções.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

18.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

18.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

18.2.1. Na ocorrência da hipótese descrita na Cláusula 18.2, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da referida data.

18.2.2. Caso a notificação da não continuidade do contrato se efetive com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



18.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, se configurada uma ou mais situações previstas no art. 137<sup>17</sup> da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.3.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade da CONTRATADA de concluir o contrato.

18.3.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.4. A extinção do contrato poderá ser:

18.4.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

18.4.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;

18.4.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.5. A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais e contratuais, as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

18.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

18.6.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.6.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.6.3. indenizações e multas.

---

<sup>17</sup> “Art. 137. [...] I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.”



18.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

18.8. O contrato poderá ser extinto se constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS COMUNICAÇÕES**

19.1. Qualquer comunicação entre as partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário.

19.2. As solicitações previstas neste instrumento contratual deverão ser direcionadas para o e-mail: [fiscalizacao@defensoria.pr.def.br](mailto:fiscalizacao@defensoria.pr.def.br) (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios).

19.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral mediante remessa pelos Correios para o endereço da CONTRATANTE, indicado na primeira lauda deste instrumento contratual, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazos, a data do recebimento.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

20.1. Aplicam-se ao presente instrumento contratual, sobretudo aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023<sup>18</sup>; da Lei Complementar nº 123/2006<sup>19</sup>; da Lei nº 13.709/2018<sup>20</sup>; da Deliberação CSDP nº 21/2022<sup>21</sup>; da Resolução nº 607/2025<sup>22</sup>; da Lei nº 8.078/1990<sup>23</sup>, bem como

<sup>18</sup> Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

<sup>19</sup> Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

<sup>20</sup> Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

<sup>21</sup> Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

<sup>22</sup> Institui a Política de Privacidade e Proteção de Dados da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

<sup>23</sup> Código de Defesa do Consumidor.



das demais normas vigentes pertinentes ao objeto desta contratação e, subsidiariamente, das normas e dos princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

21.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DED); e no Portal da Transparência no sítio oficial da DPE-PR, nos termos do disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 63, § 4º, da Resolução DPG nº 375/2023.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

22.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura<sup>24</sup>.

**MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ**  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO  
DO PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DA  
CONTRATADA]**  
**[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]**

**TESTEMUNHAS:**

Nome/CPF:

Nome/CPF:

---

<sup>24</sup> A data da assinatura corresponde à data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.



## ANEXO I

### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. O acompanhamento da execução contratual será realizado por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme a avaliação de desempenho estabelecida na Tabela 1, a seguir.

**TABELA 1 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

ITEM	CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Atraso no atendimento a chamados emergenciais de manutenção corretiva.	2	Por hora de atraso.
2	Atraso na execução da manutenção preventiva programada.	1	Por dia de atraso em relação ao cronograma aprovado.
3	Não entrega ou entrega fora do prazo dos relatórios técnicos obrigatórios (ART, ensaios, análise de óleo, inspeções termográficas).	1	Por relatório não entregue ou entregue com atraso.
4	Falha na qualidade técnica da manutenção preventiva (não conformidade identificada e solucionada dentro do prazo).	1	Por falha identificada e posteriormente solucionada.
5	Falha na qualidade técnica da manutenção preventiva (não conformidade não solucionada no prazo).	3	Por falha identificada e não solucionada.
6	Descumprimento das exigências de segurança do trabalho (ausência de APR <sup>25</sup> aprovada, falta de EPI ou EPC adequados).	5	Por ocorrência registrada em fiscalização contratual.
7	Destinação inadequada de resíduos (óleos isolantes, materiais contaminados, peças substituídas).	5	Por ocorrência sem comprovação de destinação ambientalmente correta.

2. Pelo descumprimento dos critérios estabelecidos na Tabela 1, a CONTRATANTE aplicará descontos sobre os valores devidos pela execução do objeto, com base na seguinte metodologia: (i) as ocorrências registradas no mês de competência serão avaliadas quanto aos critérios de desempenho, pontuação e frequência; e (ii) o percentual de liberação do valor do documento de cobrança será aplicado sobre o pagamento correspondente, considerando o total de pontos atribuídos às ocorrências, conforme disposto na Tabela 2, a seguir.

**TABELA 2 – FAIXAS DE PONTUAÇÃO E PERCENTUAIS DE LIBERAÇÃO DO VALOR**

PONTOS ACUMULADOS	% DE LIBERAÇÃO DO VALOR DO DOCUMENTO DE COBRANÇA
Até 5	100% + Notificação
De 6 a 10	95%
De 11 a 15	90%

<sup>25</sup> Análise Preliminar de Risco.



---

De 16 a 20	85%
De 21 a 25	80%
De 26 a 30	75%
Acima de 30	70%